Relatório de Gestão.2021

CFA
Conselho Federal de Administração

SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	3
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	4
Riscos, Oportunidades e Perspectivas	12
Governança, Estratégia e Desempenho	20
Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	42

Mensagem do Presidente

Os conselhos profissionais das profissões regulamentadas são criados por lei para defender a profissão e proteger a sociedade dos maus profissionais. Apesar de não integrarem o Orçamento Geral da União, uma vez que essas autarquias têm arrecadação própria, eles estão sob fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Por isso, todos os anos o Conselho Federal de Administração (CFA) presta contas ao TCU. Neste relatório, estão descritas as ações que foram desenvolvidas pela autarquia ao longo de 2021. Ele traz, em detalhes, as entradas e saídas. Porém, não apenas isso. Por meio dele, mostramos que alcançamos os resultados esperados dentro do nosso planejamento estratégico e que as nossas ações foram realizadas em conformidade com as regras e dispositivos legais.

O ano de 2021 ainda foi bastante desafiador. A segunda onda da pandemia da Covid-19 nos forçou a, novamente, alterar nosso planejamento. Contudo, com a experiência adquirida no ano anterior, encaramos a missão muito mais fortalecidos. Foi preciso reprogramar algumas ações, pausar projetos e reforçar ainda mais nossos ajustes orçamentários.

A gestão austera, iniciada ainda em 2019, conseguiu equilibrar nossas finanças e ajudou o CFA a superar todas as dificuldades advindas com a pandemia. Outra característica da nossa gestão é o compartilhamento, que deu mais autonomia para os diretores, mas também trouxe muito mais transparência e a descentralização da gestão proporcionou confiança e liberdade a todos da equipe.

Foi preciso coragem para enfrentar todas as adversidades que a pandemia trouxe, mas foi preciso muito mais ousadia para transpor resistências internas, inclusive dentro do próprio Sistema CFA/CRAs. Romper com uma cultura não é fácil, ainda mais quando ela está enraizada e foi chancelada por gestões anteriores.

Mas, na casa da Administração, onde se fala tanto da gestão profissional, da importância de adotar mecanismos de boa governança, é inadmissível fechar os olhos para a ingerência e negligência de alguns. Varrer para debaixo do tapete essas lacunas parece a solução mais fácil e rápida, mas também é a mais dolorosa e danosa para a profissão.

Na Administração não há espaço para improviso. Não é assim porque ela é uma ciência e, como tal, com ela não tem jeitinho, tem método. Contudo, o país ainda nega a Ciência da Administração para ser administrado. Somos a sétima economia em riquezas e a 82ª em pobreza. Quem explica esse abismo? Isso não é de agora, mas vem de décadas com modelos econômicos equivocados, concentradores de renda e de riqueza, desprovidos da Ciência da Administração, ciência esta que tem um compromisso com o desenvolvimento econômico e social.

Por isso, é inconcebível permitir que a Ciência da Administração seja ultrajada dentro da sua própria casa. Romper com uma série histórica de ingerência não foi fácil, somos duramente desafiados e flagelados. E este relatório vem mostrar em detalhes as ações que não só colocaram ordem nas coisas, mas também pôs fim a condutas errôneas que desonram a Administração.

O que estamos fazendo para fortalecer a fiscalização, registro e cobrança é outro destaque desse documento. Esse tripé é o "*core business*" do Sistema CFA/CRAs. Por fim, este relatório é uma prestação de contas não só ao TCU, mas por meio dele também nos voltamos para os mais de 400 mil profissionais de Administração registrados no Sistema CFA/CRAs e que esperam de nós um compromisso responsável e ético com a profissão.

Uma boa leitura!

Administrador Mauro Kreuz
Presidente do Conselho Federal de Administração

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

O CFA

O Conselho Federal de Administração

O Conselho Federal de Administração (CFA) é órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício dos profissionais em Administração.

Criado pela Lei nº 4.769, de 09/09/1965 é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, com sede em Brasília/DF.

Finalidade

- Orientar e disciplinar o exercício de atividades nos campos da Administração.
- Estabelecer normas e procedimentos relativos à fiscalização do exercício profissional nos campos abrangidos pela Lei nº 4.769/1965.
- Julgar e decidir em última instância, na esfera administrativa, os recursos interpostos por pessoas físicas e jurídicas em processos de infração à legislação, ao Código de Ética dos Profissionais de Administração e a outros, encaminhados pelos CRAs.

Principais normas:

- Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 - Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências.
(https://documentos.cfa.org.br/arquivos/lei_4769_1965_645.pdf)

- Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Técnico de Administração e a constituição ao Conselho Federal de Técnicos de Administração, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de Setembro de 1965 e dá outras providências.
(https://documentos.cfa.org.br/arquivos/decreto_61934_1967_655.pdf)

- Lei nº 6.642, de 14 de maio de 1979 - Altera dispositivos da Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador.
(https://documentos.cfa.org.br/arquivos/lei_6642_1979_647.pdf)

- Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 - Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.
(https://documentos.cfa.org.br/arquivos/lei_6839_1980_649.pdf)

- Lei nº 8.873, de 26 de abril de 1994 - Altera dispositivos da Lei n.º 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador.
(https://documentos.cfa.org.br/arquivos/lei_8873_1994_652.pdf)

- Resolução Normativa CFA nº 537, de 22/03/2018 - Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Administração previsto na Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965.
(https://documentos.cfa.org.br/?c=documento&a=show&id=691)

- Resolução Normativa CFA nº 584, de 25/08/2020 - Aprova o Regimento do Conselho Federal de Administração - CFA.
(https://documentos.cfa.org.br/?c=documento&a=show&id=740)

Missão, Visão e Valores

Missão

Promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.

Visão

Ser uma entidade reconhecida pela sociedade, capaz de assegurar a atuação plena dos profissionais de Administração.

Valores

Ética, Competência, Inovação, Valorização da Profissão e Participação.

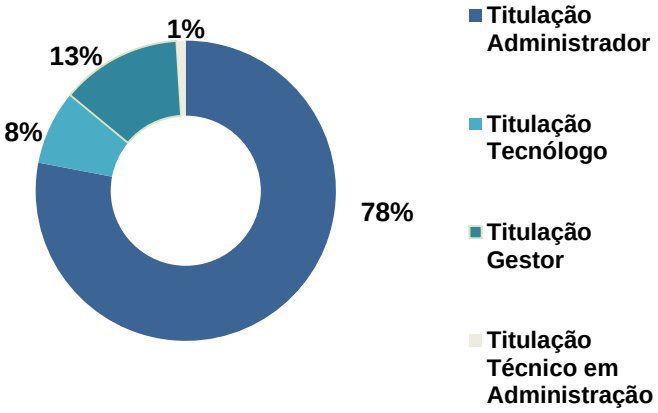
Quantos somos

O Sistema CFA/CRAs é composto pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais de Administração (CRA) sediados nos Estados da Federação e no Distrito Federal.

27 Conselhos Regionais de Administração

80 Subseções

360,854 mil profissionais em Administração



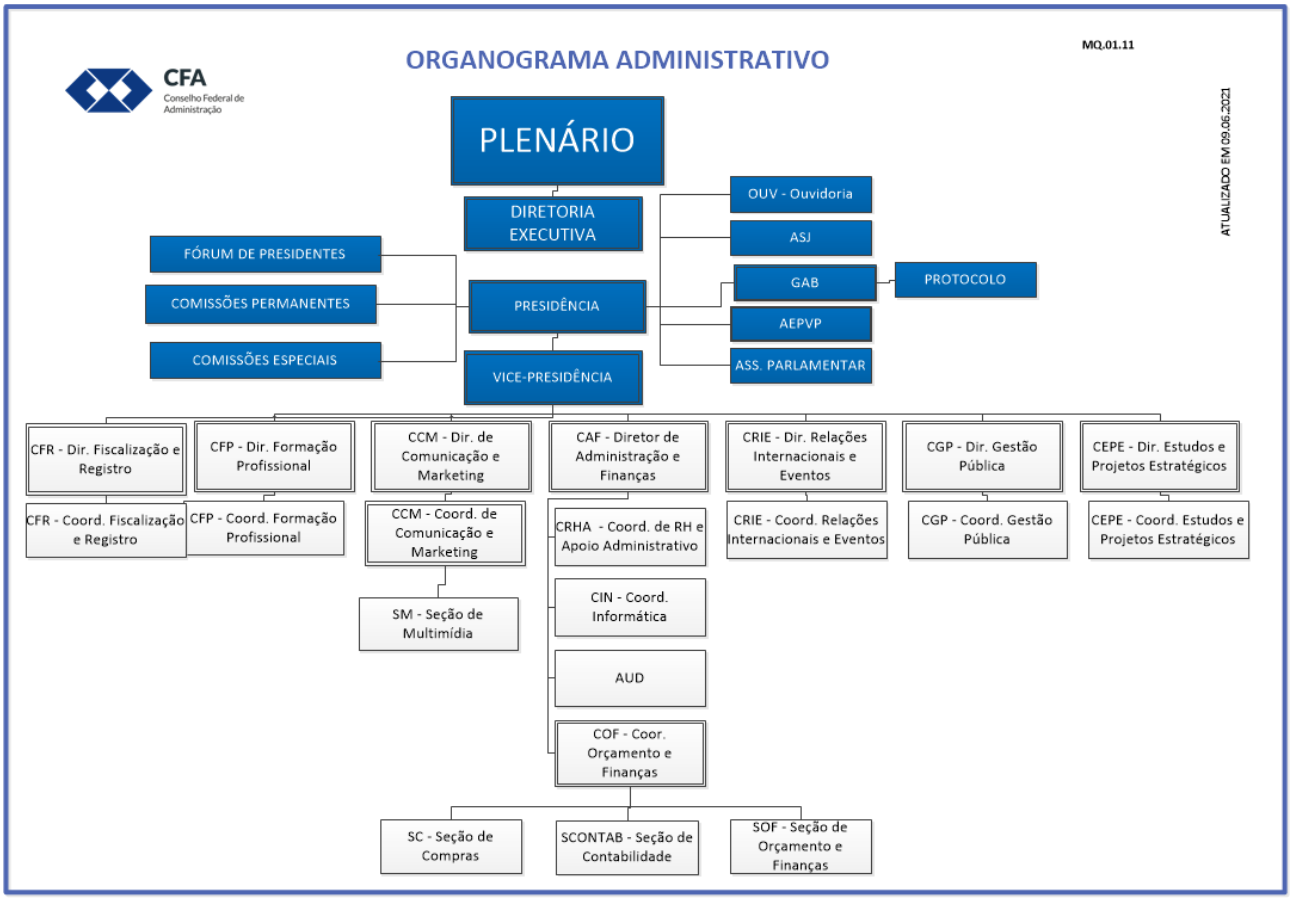
Origem do gráfico: https://cfa.org.br/profissionais-registrados/
Fonte dos dados: http://cadastronacional.cfa.org.br

43,214 mil pessoas jurídicas ativas

77 Fiscais

558 Conselheiros Efetivos e Suplentes

Estrutura organizacional



Órgãos da estrutura do CFA:

Órgãos Executivos

Presidência
Vice-Presidência

Órgãos Deliberativos

Plenário
Diretoria Executiva

- Presidente
- Vice-Presidente
- Diretor de Fiscalização e Registro
- Diretor Administrativo e Financeiro
- Diretor de Comunicação e Marketing
- Diretor de Relações Internacionais e Eventos
- Diretor de Gestão Pública
- Diretor de Projetos e Estudos Estratégicos

Órgãos deliberativos Específicos

Câmaras

- Fiscalização e Registro
- Administração e Finanças
- Comunicação e Marketing
- Relações Internacionais e Eventos
- Gestão Pública
- Projetos e Estudos Estratégicos

Comissões Permanentes

- Análise de Contas – CPAC
- Licitação – CPL
- Ética e Disciplina – CPED
- Eleitoral – CPE
- Planejamento Estratégico – CPPE
- Regimentos do Sistema CFA/CRAs – CPR
- Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração – CPPRODER

Órgãos Consultivos

Ouvidoria

Fórum de Presidentes.

O Plenário do CFA é composto por 27 Conselheiros Federais Efetivos e seus respectivos Suplentes, eleitos diretamente pelos Administradores e Tecnólogos.

A duração do mandato de cada Conselheiro é de 4 anos, permitida uma reeleição. A renovação do Plenário do CFA é de1/3 e 2/3, alternadamente, a cada biênio.

A Diretoria Executiva é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Diretores das Câmaras para o exercício de mandato de dois anos.

Principais canais de comunicação com a sociedade

Ouvidoria

A Ouvidoria do Conselho Federal de Administração é a ligação entre o Sistema CFA/CRAs e a sociedade, especialmente as pessoas físicas e jurídicas registradas nos CRAs e tem como propósito procurar a excelência na prestação de serviços à classe dos profissionais em Administração e à sociedade.

Regulamentada no CFA em 2016 por meio da Resolução Normativa CFA nº 476, de 03/02 o atendimento ao usuário se dá por meio de telefone, de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde ou, ainda, por e-mail e através do formulário online, disponível no sítio eletrônico do CFA na Internet, todos os dias, de acordo com o nível de serviço.

Em 2021 obtivemos um aumento no registro das demandas totais em relação a 2020, o que atribuímos ao retorno gradual das atividades pós-pandemia mundial pelo Covid-19.

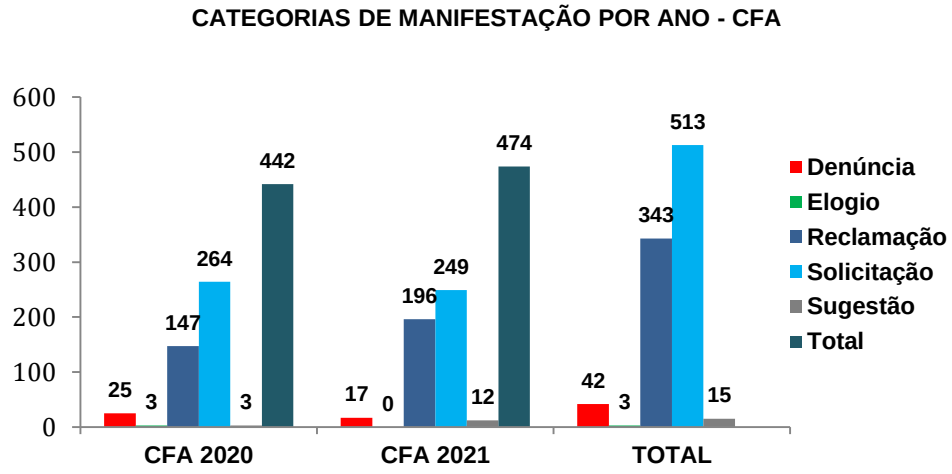
O indicador de satisfação do usuário é medido pelo número de reclamações recebidas pela Ouvidoria, tendo apresentado um crescimento no período de **33.33%,** comparado ao ano de 2020.

474 manifestações em 2021

344 provenientes de profissionais registrados no Sistema CFA/CRAs

130 Outros

10 dias úteis (tempo médio de resposta)



Destacamos a categoria solicitação de informação, com **249** registros do total de manifestações recebidas, denotando uma busca por esclarecimentos referentes aos assuntos da profissão de Administrador. Tendo sido observado também, um crescimento no número de sugestões do público em prol da melhoria da gestão institucional.

Os relatórios das atividades da Ouvidoria são publicados trimestralmente no portal da transparência do CFA https://cfa.org.br/relatorio-ouvidoria/

Comunicação institucional

Redes sociais

587 mil seguidores Mais de 400mil impressões

90 mil seguidores | Mais de 700 mil impressões

Demais canais

CFAPlay

- ***1.902,022 de impressões no Youtube;***
- ***198.579 visualizações em 2021***
- ***O canal recebeu 6.500 novos inscritos;***
- ***Tempo de exibição do período: 44,9 mil horas;***

- ***Alcançou telespectadores em 8 países (Portugal, Estados Unidos, Angola, Argentina, Japão, Colômbia, Paraguai e El Salvador), além do Brasil.***
- ***O público-alvo do CFAplay é composto, em sua maioria, por homens (53,2%). As mulheres representam 46,8%.***

Criado há quase 7 anos, o CFATV passou por um processo de modernização e, em agosto de 2017, tornou-se CFAPlay. A mudança seguiu as tendências mundiais de comunicação, e transformou os conteúdos em vídeos mais curtos e interativos - com abordagens dinâmicas e que estejam em sintonia com a conjuntura do país, imprescindíveis aos estudantes e profissionais.

Rádio ADM

Com mais de seis anos no ar, a Rádio ADM (**radioadm.org.br**) é de fundamental importância para a comunicação de todo Sistema CFA/CRAS e temas ligados à Administração. Além de espaço para todos os Conselhos Regionais de Administração, o veículo é também o meio de disseminação de conhecimento por profissionais gabaritados na área.

Portal CFA

- ***1.035.945 visualizações de páginas de 1/01 a 1/12 20221***
- ***157.808 impressões e interações***

Um Conselho sem um portal atualizado na internet é uma casa invisível aos olhos do administrador e da sociedade. Sites e portais são as vitrines dos projetos e ações do Sistema CFA/CRAs e é por isso que a CCM se preocupa tanto com o formato e apresentação destes. O resultado foi mais de 2 milhões de acessos ao portal CFA nestes últimos 2 anos.

O CFA acredita que o meio mais prático e rápido para se comunicar com seus usuários é o digital e busca sempre elevar o nível das suas plataformas, não apenas focando na comunicação, mas na experiência. Visando esta experiência, demos continuidade à reformulação de toda a base de nossos canais web. Todos estão em uma mesma plataforma: o Wordpress. Deste modo, tanto os sites da RBA, o CFAPlay e a Rádio compartilham do mesmo sistema base, integrando entre si suas funcionalidades e aplicações.

RBA

- ***Mais de 800 mil visualizações de páginas on-line no flipbook***
- ***24mil exemplares impressos e distribuídos pelos 26 estados e o DF (CRAs)***

Com o lema “informar, educar e agregar”, a revista trouxe pautas trabalhadas por profissionais de diferentes áreas, tais como Administração, em sua primazia, comunicação social e psicologia. O resultado desses esforços foram edições históricas, cujos objetivos estratégicos foram alcançados com sucesso.

Entre os objetivos e estratégias trabalhadas nas edições estavam a valorização da ciência da Administração e o orgulho pela profissão (melhora da imagem e percepção do administrador sobre o segmento em que atua). Também foram promovidos o aumento da respeitabilidade da categoria — perante a sociedade brasileira —, o interesse pelo Sistema CFA/CRAs e o estímulo à capacitação e à reciclagem profissional.

Boletim ADM

Em 2021, a Câmara de Comunicação e Marketing produziu seis edições do Boletim ADM (do n.º 98 ao n.º 104). A publicação, que traz notícias do Sistema CFA/CRAs, foi divulgada na versão digital e pode ser acessada em www.cfa.org.br.

Em 2021, a autarquia decidiu repensar suas estratégias e materializou isso mudando a “cara” de um dos seus principais veículos de comunicação: o Boletim ADM. No seu 18º ano, a publicação é o carro-chefe do Conselho quando o assunto é comunicação institucional. Nele, o público – formado pelos presidentes de CRAs, conselheiros federais/regionais, e os profissionais de Administração – fica por dentro das ações que são realizadas pelo CFA e pelos Conselhos Regionais de Administração (CRAs).

Rádio ADM

- ***900 conteúdos em áudio, sendo que destes conteúdos, 120 reportagens foram distribuídas para as rádios convencionais afiliadas.***
- ***70.039 downloads.***
- ***Alcance de 1.733 emissoras de 1.081 municípios de 26 Estados e do Distrito Federal.***

Com mais de seis anos no ar, a Rádio ADM (**radioadm.org.br**) é de fundamental importância para a comunicação de todo Sistema CFA/CRAS e temas ligados à Administração. Além de espaço para todos os Conselhos Regionais de Administração, o veículo é também o meio de disseminação de conhecimento por profissionais gabaritados na área.

PodCast

- ***922 downloads diretos | 109mil impressões nas plataformas de streaming***

De 1º de janeiro de 2021 a 25 de novembro de 2021, a rádio produziu cerca de 900 conteúdos em áudio. Destes conteúdos, 120 reportagens foram distribuídas para as rádios convencionais afiliadas à Agência Radioweb em todo o Brasil e que resultaram em 70.039 downloads.

Portal da Transparência

- ***57.901 acessos***

Desde 2018 que o portal CFA criou o portal modelo CRAs que institui e propaga o modelo de transparência instituído pelo TCU para padronizar a transparência de todo Sistema CFA/CRAs. Com rotina de atualizações e um sistema dinâmico de upload de arquivos***.***

O Portal da Transparência e prestação de contas do CFA tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

A ferramenta atende à Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos.

Atualizado regularmente, o Portal dispõe, dentre outras, de informações sobre atos normativos e administrativos; licitações realizadas e contratos firmados; demonstrações contábeis e prestações de contas; quadro de pessoal.

Ambiente externo

O ano de 2021 ainda foi bastante desafiador. A pandemia da Covid-19 levou à reprogramação e reformulação de uma série de atividades da Entidade, levando o CFA a redefinir suas prioridades para aquele ano.

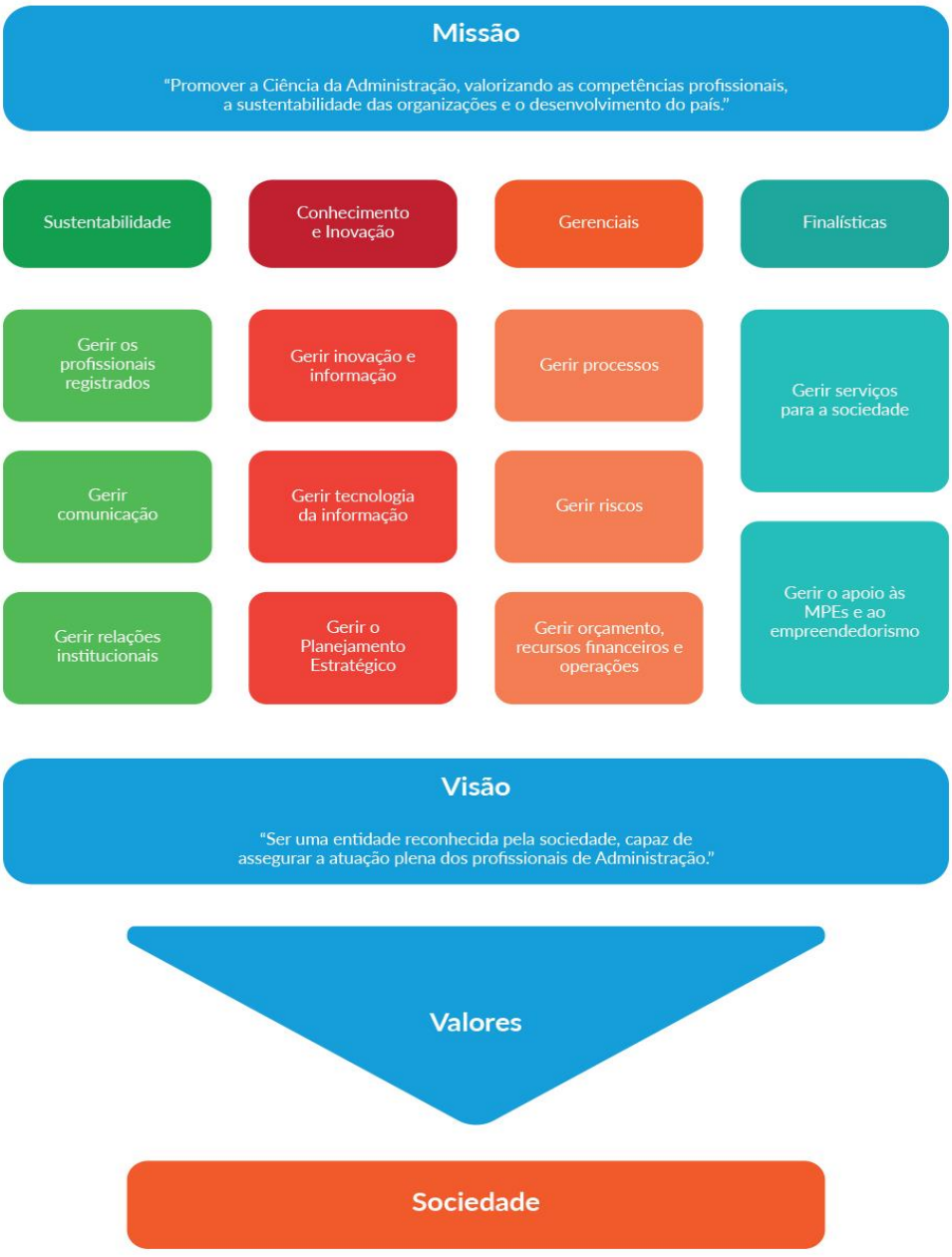
Imputamos controle severo à gestão financeira e enfrentamos as diversidades, com remodelação da forma de trabalho na Entidade ao estabelecermos o sistema home-office para os nossos colaboradores.

Medidas de apoio ao profissional foram adotadas como a instituição da Resolução Normativa CFA nº 360, de 30/06/2021 que “Dispõe sobre o Programa Especial de Parcelamento Incentivado de débitos e dá outras providências” com o objetivo de alcançar a conciliação como método de solução consensual de conflitos e prevenção de litígios e da Resolução Normativa CFA nº 596, de 30/03/2021 que “Dispõe sobre a suspensão da cobrança de encargos moratórios incidentes sobre a anuidade do exercício de 2021, e dá outras providências”.

Com o objetivo de auxiliar nossos profissionais e a sociedade a enfrentar e superar as dificuldades imputadas pela pandemia promovemos uma série de *lives* com informações, debate, tira dúvidas, análise de casos e orientações acerca da saúde mental.

Foram tempos difíceis, mas com a adoção da gestão compartilhada, que conferiu autonomia para os Diretores do CFA, ressaltando o trabalho em equipe, foi possível finalizar o exercício fortalecidos.

Modelo de negócio



Riscos, oportunidades e perspectivas

O CFA não possui normativo instituindo política de gestão de riscos e controles internos, mas adota ações visando identificar, avaliar e gerenciar os riscos a fim de proporcionar segurança para o alcance dos objetivos estratégicos da autarquia.

Política de Segurança da Informação (PSI)

A Coordenação de Informática (CIN) apresentou iniciativa de reformulação da política de segurança da informação que, no final do exercício de 2021, foi aprovada pela presidência da autarquia.

Por essa política foi constituída Comissão Especial de Segurança da Informação (PSI) que tem, dentre suas atribuições, o objetivo de implementar a política na instituição.

Considerando o papel essencial da garantia dos atributos da informação institucional para a continuidade dos negócios, desde os processos operacionais até os de tomada de decisão da organização, essa Comissão elaborará, como parte do processo de implementação da PSI, norma que trata de gerenciamento de riscos da informação, o que comporá o conjunto de processos de gestão de riscos da autarquia.

A CIN tem realizado ações específicas para apoiar a gestão de riscos da informação, a saber:

a) análise de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação, visando sua aderência às normas de mercado relacionadas à segurança da informação;
b) promoção da cultura da segurança da informação nos processos de contratação e de desenvolvimento de aplicações, desde seu projeto;
c) projeção para 2022, de contratação de empresa especializada para análise de vulnerabilidades e de verificação de conformidade com as boas práticas de segurança da informação; e
d) projeção para 2022, de processo regular de teste de cópia de segurança.

A seguir relacionamos ações monitorados regularmente e que afetam a gestão do Conselho Federal de Administração.

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO							
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
						OBJETIVO	ESTRATÉGIA				
PROTOCOLO	SERVIÇO Recebimento, Registro e Distribuição de Documentos de Origem Externa	1 - Infraestrutura 2 - Competência dos colaboradores	1- Arquivamento de documentos físicos de origem externa;	1- Utilização do Sistema SEI pelos CRAs.	1- Decisão governamental em extinguir o Sistema SEI 2- Ameaça tecnológica- ataque cibernético.	Promover e difundir boas práticas de governança sustentável (ambiental, social, política e econômica), junto aos stakeholders	Fomentar e difundir iniciativas de sustentabilidade de amplitude nacional.	Restrição orçamentária para disseminação do SEI ou outras práticas sustentáveis	Mitigar	Ação: Sensibilizar a Direção do CFA em assegurar recursos para aquisição da infraestrutura necessária de implantação do SEI nos CRAS. Periodicidade: Anual	Ponto fraco: Autorizado pela Presidência o descarte de documentos após o escaneamento dos mesmos.
CFR	SERVIÇO	1- Competência dos colaboradores internos; 2- Capacidade econômica e financeira do CFA; 3- Realização em fevereiro/2020 do ENAF, Encontro Nacional de Fiscais do CFA/CRAs.	1- Inexistência de sistema integrado com os CRAs; 2- Confiabiidade das informações geradas pelos CRAS relativas aos registrados e inadimplências; 3- Recursos humanos insuficientes na CFR; 4- Resoluções Normativas desatualizadas.	1-Decisões judiciais favoráveis ao Sistema CFA/CRAS; 2- Aprovação do PLS nº 439 de 2015.	1- Resistência dos CRAs nas ações propostas pelo CFA de alcance dos objetivos; 2- Descumprimento de Resoluções Normativas do CFA; 3- Mudanças na obrigatoriedade de pagamento de anuidade de Conselhos Profissionais.	Elevar o market share na pessoa física e na jurídica. (quantitativo de registros)	Implantar mecanismos tecnologicamente adequados e efetivos, para prospectar novos registro de pessoas físicas e jurídicas em Administração.	Inexistência de profissional com a expertise necessária para operação dos mecanismos tecnológicos	Eliminar	Ação: Prover treinamento para um funcionário interno. Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação; Como 2: Desenvolvimento das atividades e análise crítica do PQ. CFR.01.16, adequando-o, se necessário; Como 3: ??????	1- Integrar as informações com a fusão da Coleta de Dados com o Cadastro Nacional; 2- Com a fusão de dados espera-se tornar as informações mais confiáveis; 3- Aguardar concurso público; 4- Atualizar Resoluções.

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO		PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	OBJETIVO	ESTRATÉGIA				
OUVIDORIA	SERVIÇO Ouvir , reconhecer, qualificar, analisar, responder as manifestações e demonstrar a percepção dos usuários no atendimento aos seus requisitos	1- Competência dos colaboradores internos.	1- Sistema eletrônico de ouvidorias que não atende as necessidades da Ouvidoria , baixa funcionalidade; 2- Pouca divulgação do canal de OUVIDORIA. 3- Não monitoramento da percepção de clientes, profissionais de Administração. 4- Não cumprimento do prazo de resposta das manifestações pelas Câmaras.	1- Sistema eletrônico de ouvidorias, e-OUV, com instalação e atualização gratuitas de funcionalidades específicas.	1- Não cumprimento do prazo de resposta das manifestações pelos CRAs.	Desenvolver a cultura da melhoria contínua, do comportamento e da atuação sistêmica e da mediação relacional, na governança institucional	Atualizar e modernizar os mecanismos e tecnologias informacionais.	Não atualização do Sistema SEI pela Coordenação de Informática para integração do Sistema E-OUV ao mesmo.	Eliminar	Ação: Planejamento das atividades de atualização do Sistema SEI pela Coordenação de Informática. Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação: estabelecimento de cronograma físico de atualização do SEI pela Coordenação de Informática para monitoramento da implementação da ação.	1- Implantação do E-OUV 2- Criação da logo; Divulgação trimestral dos Relatórios da Ouvidoria no Portal da Transparência do CFA; Elaboração do Informativo do Canal de Ouvidoria do Sistema CFA/CRAs; 3- Será por meio do Sistema E-OUV, através do painel RESOLVEU?; 4: E-OUV, monitoramento do prazo de resposta pela Câmara. **CABERÁ A OUVIDORIA ANALISAR CRITICAMENTE O PQ.OUV.01, PARA ADEQUÁ-LO AO SISTEMA E-OUV**
						Atender aos requisitos dos clientes	Responder as manifestações das partes interessadas no prazo legal	Não cumprimento do prazo de resposta das manifestações pelas Câmaras e CRAs.	Mitigar	Ação: Comunicação interna aos CRAs e Camâras quanto ao cumprimento do prazo de resposta das demandas. Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação; Como 2: Desenvolvimento das atividades e análise crítica do PQ. OUV.01.01, adequando-o, se necessário	1- Implantação do E-OUV 2- E-OUV, monitoramento do prazo para resposta pela Câmara. **CABERÁ A OUVIDORIA ANALISAR CRITICAMENTE O PQ.OUV.01, PARA ADEQUÁ-LO AO SISTEMA E-OUV**

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO							
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
CAF	SERVIÇO	1- Celeridade nos processo de aquisição; 2- Competência dos colaboradores internos; 3- Comprometimento dos colaboradores internos.	1- Tempo indevido para a efetivação do processo de aquisição (pedidos urgentes); 2- Infraestrutura (mobiliário inadequado); 3-Ambiente de operações (ruído elevado); 4- Informações incompletas quanto ao que se deseja adquirir; 5- Excesso de retrabalho; 6- Tempo indevido no Atesto de recebimento de materias e serviços, impactando as atividades do Setor de Compras; 7- Provisão de treinamentos objetivando a atualização de servidores em Leis e Instruções Normativas relativas ao processo de compras; 8- Inexistência de um sistema informatizado de controle de estoque; 9- Não adequação do processo de compras à Instrução Normativa Nº 1, de março de 2019.	1- Não identificadas oportunidades.	1- Fiscalização do TCU pela irregularidade em processo licitatório	Otimizar os custos operacionais para manter o equilíbrio orçamentário	Adotar o sistema de registro de preços.	Inexistência de planejamento de contratações e aquisições	Eliminação	Ação: Conscientização dos empregados para o planejamento de contratações e aquisições das áreas; Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação; Como 2: Desenvolvimento das atividades e análise crítica do PQ. CAF.01.04 adequando-o, se necessário. Como 3: Elaboração de Manual do Fiscal de Contrato.	1, 4, 5 , 7 e 9: Conscientização dos empregados para o planejamento de contratações e aquisições das áreas; 2- Aquisição de mesa para o estagiário; 3- Elaboração de projeto para a copa; 6- Elaboração de Manual do Fiscal de Contrato:

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO							
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
ESCRITÓRIO	SERVIÇO	1- Recursos disponibilizados para melhoria da eficácia do SGQ; 2- Apoio da Alta Direção; 3- Conhecimento organizacional dos colaboradores internos; 4- Competência dos colaboradores.	1- Envolvimento dos colaboradores; 2- Alternância na Diretoria do CFA.	1- Interação do CFA com os CRAs e outras entidades que mantem um Sistema de Gestão da Qualidade certificado.	1- Obrigatoriedade de realizar licitação na contratação de software(para gerir a documentação do SGQ).	Melhorar continuamente a eficácia do SGQ	Engajar os colaboradores internos para aumento da capacidadde do CFA em criar e entregar valor às partes interessadas.	Não priorização da ISO pelos colaboradores em suas atividades administrativas	Mitigar	Ação: Replanejamento do Programa Anual de Manutenção do SGQ do CFA. Como 1: Definindo indicador para monitoramento da ação: Programa Anual de Manutenção do SGQ do CFA Como 2: Analisando criticamente o SGQ, semestralmente; Como 3: Analisando e avaliando os resultados dos indicadores dos processos do CFA , trimestralmente; Como 4: Programando visitas técnicas a empresas mantenedoras de certificação ISO 9001.	1- Envolvimento dos colaboradores- Replanejamento do Programa Anual de Manutenção do SGQ do CFA

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO							
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
CCM	SERVIÇO	1- Competência dos colaboradores internos; 2- Infraestrutura (softwares, equipamentos e mobiliários); 3- Ambiente de operações; 4- Número de colaboradores internos; 5- Equipe comprometida com a estratégia da CDI; 6- Capacidade de gestão e liderança; 7- Provisão de recursos financeiros; 8- Implementação de metodologia para formação de equipes de alta performace na CDI.	1- Não cumprimento de prazos pela CCM; 2-Excesso de burocracia na contratação de provedores externos, independente do produto/serviço por ele fornecido; 3- Retrabalho elevado, principalmente na área de design; 4-Interferência das áreas do CFA em produtos desenvolvidos pela CCM .	1- Aumento do número de usuários	1- Comportamento social, imediatismo; 2- Ameaça tecnológica.	Divulgar as funções, prerrogativas e a importância dos profissionais de Administração junto às organizações e à sociedade.	Promover, permanentemente, uma maior visibilidade nacional dos profissionais de Administração junto aos stakeholders.	A- Falta de recursos; B-Centralização de porta-voz C-Falta de qualificação do porta-voz D-Falta de técnicos qualificados na área de comunicação	Mitigar	Ação: A- Definição e qualificação dos porta-vozes te "temas" de interesse do Sistema CFA/CRAs. B- Manter um quadro técnico na área de comunicação.	1- Seguir o planejamento da CCM; 2- Rever o processo de contratação de serviços; 3- Cumprir planejamento; 4- Aprimoramento do briefing.
	Prover notícias com textos informativos relativos à Administração para o seu público-alvo: Profissionais e Estudantes de Administração, Sistema CFA/CRAs e Sociedade.					Fortalecer o marketing institucional.	Consolidar a marca institucional com a padronização da comunicação visual.	Falta de credibilidade do Sistema CFA/CRAs	Mitigar	Ação: Mostrar o Sistema CFA/CRAs. Ação: Elevar a autoestima do Profissional de Administração. Ação: Divulgar a valorização profissional	
							Melhorar o sistema de comunicação com os stakeholders, para a divulgação ampla e permanente das atividades desenvolvidas	Distanciamento do Sistema CFA/CRAs pelo profissional e estudante de Administração	Mitigar	Ação: Desenvolver campanhas nacionais e regionais de marketing e de divulgação da Profissão de Administração. Ação: Divulgação dos canais de administração aos Profissionais de Administração	
							Aprimorar a Assessoria de Imprensa no CFA e apoiar as assessorias de imprensa nos CRAs.	Enfraquecimento do relacionamento institucional com meios de comunicação	Mitigar	Ação: Articulação constante com a imprensa, assessorias dos CRAs e porta-vozes do Sistema CFA/CRAs.	

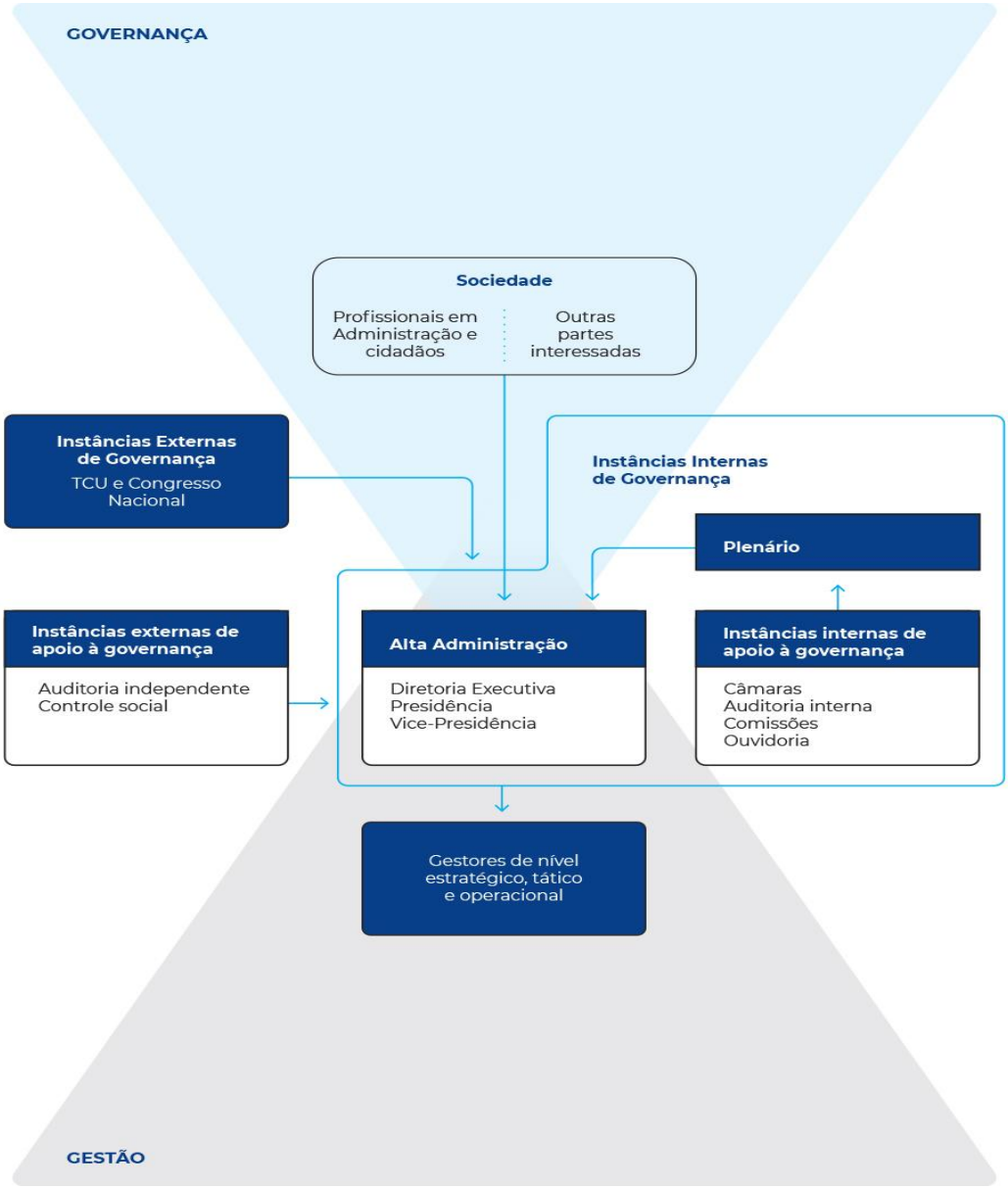
CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO							
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
CRHA	SERVIÇO Gestão de Recursos Humanos e de Requisitos Trabalhistas	1- Acessibilidade a CRHA pelos colaboradores internos 2- Competência dos colaboradores internos.	1- Perfomance insuficiente da internet; 2- Quadro de colaboradores insuficiente; 3- Comunicação interna	1- Estreitar laços com entidades públicas, privadas ou do 3º setor com envolvimento em aspectos trabalhistas e recursos humanos.	1- Reclamações trabalhistas.	Desenvolver a cultura da melhoria contínua, do comportamento e da atuação sistêmica e da mediação relacional, na governança institucional.	Elaborar diagnóstico para melhorar o clima organizacional, a motivação e o desempenho dos colaboradores.	Demandas inopinadas	Mitigar	Ação: Planejamento das atividades da CRHA Prazo: Julho, entrega do diagnóstico do clima organizacional	1- Solicitação a CIN de aumento da capacidade da internet 2- Aguardar processo seletivo 3- Elaborar um plano de comunicação interna
							Capacitar e desenvolver profissionalmente os colaboradores.	Insuficiência de recursos		Ação:Sensibilizar a Direção do CFA em assegurar recursos para a provisão de cursos/treinamentos de capacitação e desenvolvimento profissional dos colaboradores internos . Prazo: Programação financeira realizada no ano de 2019	
CRIE	SERVIÇO	1- Relacionamento entre os colaboradores; 2- Competência dos colaboradores; 3- Equipe comprometida na implantação de novos projetos(fortalecimento do relacionamento com os CRAs; fortalecimento do relacionamento com as organizações internacionais; Promovedor de eventos do Sistema CFA/CRAs).	1- Pouco conhecimento pelo Sistema CFA/CRAs das competências da CRIE.	1- Fortalecimento das parcerias com as organizações nacionais e internacionais.	1- Não cumprimento pelo prestador de serviço do contrato celebrado para a organização do evento. 2- Não cumprimento pelos parceiros do contrato celebrado.	Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.	Promover e apoiar eventos de interesse institucional.	1. Restrição orçamentária 2. Restrição de eventos presenciais em função da pandemia	Mitigar	Ação: Sensibilizar a Direção do CFA em assegurar recursos para promover os eventos de interesse do Sistema CFA/CRAs	1. Divulgar para os CRAs as competências da CRIE por meio campanha de marketing.

CÂMARA		CENÁRIO INTERNO		CENÁRIO EXTERNO							
		PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO		RISCO	AÇÃO SOBRE O RISCO	O QUE SERÁ FEITO	AÇÕES PONTOS FRACOS
RESOLUÇÕES	SERVIÇO Gestão do CICLO de VIDA de Resoluções Normativas, compreendendo as atividades de numeração, formatação, aprovação pela Presidência, publicação no DOU, divulgação ao Sistema CFA/CRAs e controle de versões.	1- Acessibilidade às Resoluções Normativas; 2- Infraestrutura; 3- Ambiente de operações.	1- Não atendimento ao PQ. SUP.02; 2- Retrabalho após publicação da Resolução Normativa;	1- Não identificadas oportunidades.	1- Não identificadas ameaças.	Disseminar e consolidar o sistema integrado de informações.	Disponibilizar, em tempo devido, informações atualizadas de dados integrados e consolidados do Sistema.	Não atendimento ao PQ. SUP.02; Retrabalho após publicação da Resolução Normativa.	Eliminar	Ação 1: Celeridade na divulgação das Resoluções Normativas de versão atual no sistema integrado de informações. Como 1: Definindo indicadores, Indicador DOU e Câmaras, para monitoramento da ação: Como 2: Desenvolvimento das atividades e análise crítica do PQ. SUP.02.13, adequando-o, se necessário.	Treinamento dos colaboradores no PQ. SUP.02;

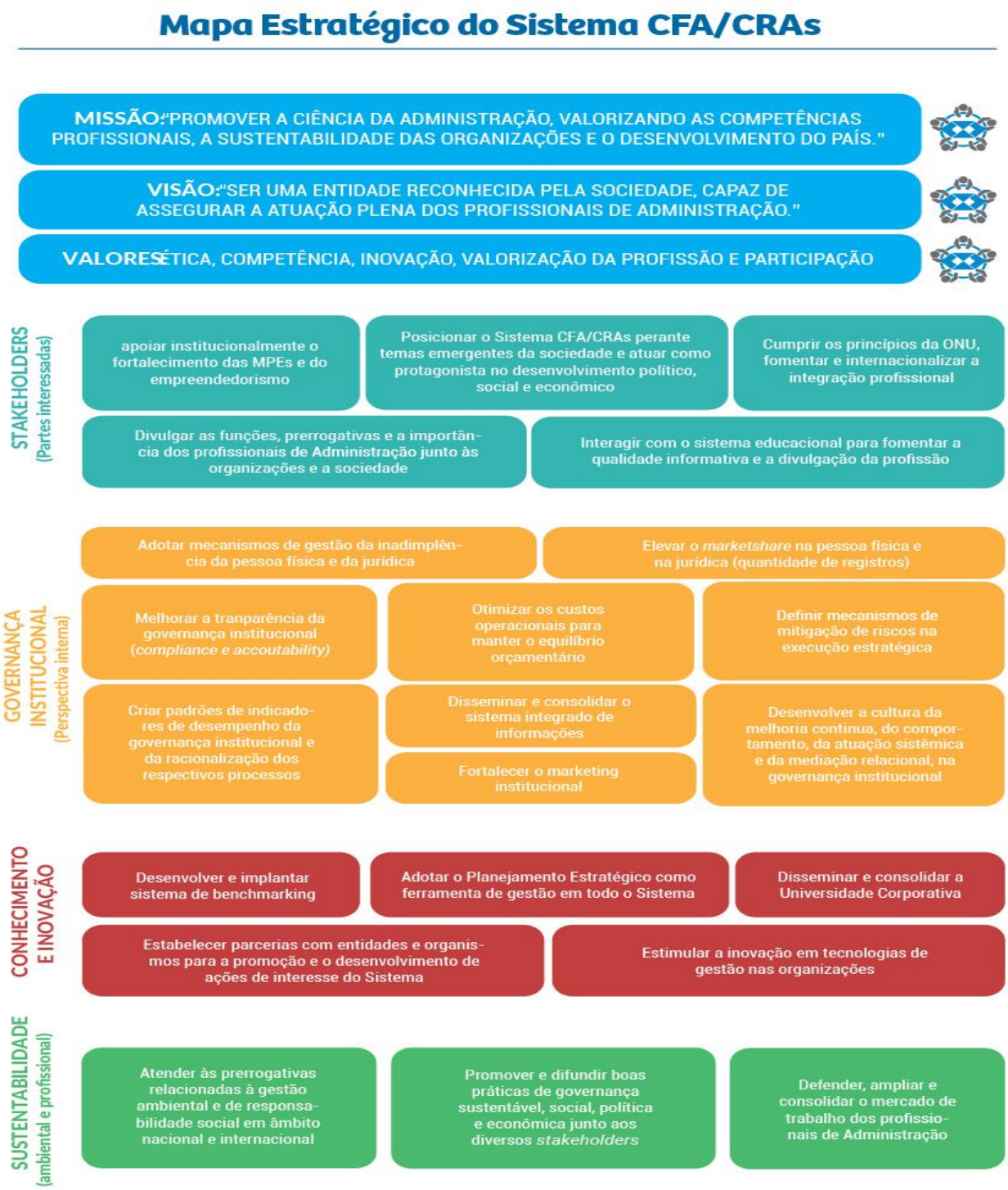
Governança, Estratégia e Desempenho

Governança

O CFA não possui política de governança formalmente instituída, mas adota uma combinação de processos e estruturas para avaliar, dirigir e monitorar as atividades da organização, a fim de melhor alcançar seus objetivos. Ações para a normatização da política de Governança e do Programa de Integridade e *Compliance* do Sistema CFA/CRAs foram adotadas no início do exercício de 2022, com a constituição da Portaria nº 19, de 23/02/2022, designando Comissão para elaboração de Resolução Normativa que disporá sobre o referido PIN no âmbito do Sistema CFA/CRAs.



Estratégia



Alocação de recursos

O CFA é o órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador das atividades abrangidas pela Lei nº 4.769/1965, cabendo aos Conselhos Regionais de Administração a fiscalização do exercício da profissão de Administrador nas áreas das suas respectivas jurisdições.

O CFA cumpre o seu papel, em defesa do profissional e da sociedade, e apoia os Conselhos Regionais na atividade fim, a fiscalização do exercício profissional, por meio de atos e

procedimentos normativos necessários à observância e cumprimento da Lei nº 4.769/1965; da celebração de convênios, contratos e acordos de cooperação técnica, científica, financeira e outros de seu interesse; de deliberações com o intuito de dirimir dúvidas ou resolver casos omissos sobre a aplicação da legislação que dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração; da promoção de estudos, pesquisas, campanhas de valorização profissional, publicações e medidas voltadas ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos profissionais de Administração, dentre outros. A seguir, a distribuição

Fiscalização - R$747.084,57

Diárias e adicionais de deslocamento a Conselheiros - R$1.123.085,30

Passagens de Conselheiros - R$649.142,47

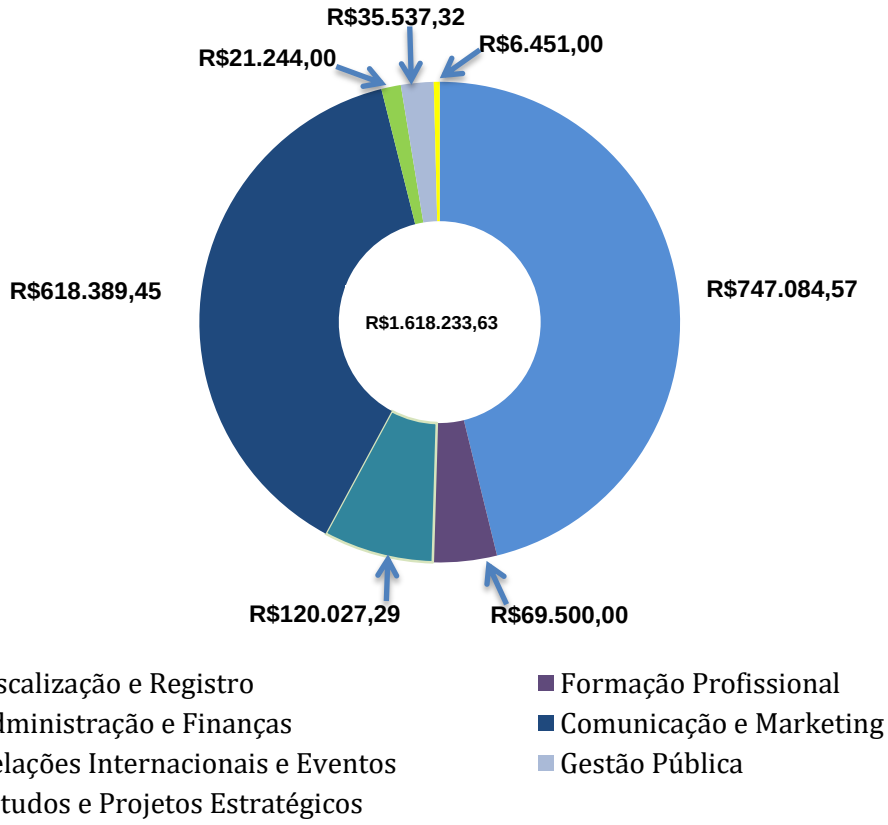
Jetons - R$158.680,00

Custeio na realização e apoio a reuniões regimentais – R$149.778,00

Tecnologia da Informação – R$602.276,47

Eleições no Sistema CFA/CRAs – R$141.750,00

Auditoria no Sistema CFA/CRAs – R$104.233,00



Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos o CFA instituiu alguns instrumentos próprios, além da observância às Leis relacionadas à licitação e contratação para a Administração Pública; aos normativos e Acórdãos exarados pelo Tribunal de Contas da União e outros pertinentes à boa e regular aplicação de recursos públicos.

Anualmente o CFA realizada auditoria contábil, financeira e de gestão nos Conselhos Regionais de Administração e é auditado por órgão externo.

Como instrumentos internos temos instituídos:

Portaria do CFA nº 61, de 7 de agosto de 2019 “Instituir o Código de Conduta dos Empregados do Conselho Federal de Administração”.

Portaria do CFA nº 61, de 7 de agosto de 2019 “Manual de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD)”.

Portaria do CFA nº109, de 29/11/2019 “Institui política de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Conselho Federal de Administração”.

Desempenho

Fiscalização e Registro (CFR)

Em 2021 os projetos estruturantes da Autarquia sob responsabilidade da Câmara de Fiscalização e Registro foram desenvolvidos com base no escopo do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2019-2022, bem como nas proposições apresentadas pelos integrantes da respectiva Câmara ao Plenário do CFA e dos Conselhos Regionais de Administração, em conformidade com o art. 47 da Resolução Normativa CFA nº 584/2020.

Ao realizar ações voltadas à fiscalização o CFA, enquanto órgão responsável pela orientação e disciplina da profissão no Brasil (art. 7º, ‘b’), cumpre uma de suas finalidades legais e, via de consequência, presta relevantes contribuições aos profissionais de Administração e, sobretudo, à sociedade. O conhecimento das atividades típicas da Administração contribui, sobremaneira, para melhorar o posicionamento dos Profissionais de Administração diante da sociedade e, por consequência, resultará no fortalecimento da categoria e valorização da ciência da Administração.

O Sistema CFA/CRAs foi impactado fortemente pela pandemia Covid-19. Por consequência, diante de um contexto restritivo, em 2021 foram desenvolvidas ações de interação entre àqueles que compõem o Sistema CFA/CRAs, tais como o Encontro Nacional e Fiscalização do Sistema CFA/CRAs (ENAF), o qual tratou de temas relevantes, resultando na estruturação de sistemáticas de combate ao exercício ilegal da profissão.

A Câmara de Fiscalização e Registro não realiza fiscalização direta do exercício profissional. A incumbência legal de fiscalizar o exercício da profissão é dos CRAs - alínea “b” do art. 8º da Lei nº 4.769/1965. Entretanto, ações foram adotadas no sentido.

Investimento total

R$747.084,57

Normas editadas em 2021

Resolução Normativa CFA nº 609, de 08/10/2021 que “Altera o regulamento que estabelece os modelos e padrões para confecção das Carteiras de Identidade Profissional (CIP) a serem expedidas pelos Conselhos Regionais de Administração”.

Resolução Normativa CFA nº 610, de 16/11/2021 que “Dispõe sobre os valores das anuidades, taxas e multas devidas aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências”.

Resultados da área fim

371 processos em grau de recurso recepcionados no CFA

314 processos em grau de recurso relatados em plenário

6.734 processos de fiscalização abertos no Sistema CFA/CRAs

1.496 pessoas físicas fiscalizadas no Sistema CFA/CRAs

5.238 pessoas jurídicas fiscalizadas no Sistema CFA/CRAs

2.612 autos de infração

417 pessoas físicas

2.195 pessoas jurídicas

682 intimações pessoas físicas

2.591 intimações pessoas jurídicas

15.045 notificações de débitos pessoas físicas

3.036 notificações de débitos pessoas jurídicas

Projetos e ações

Identificação: Plano Nacional de Fiscalização do Sistema CFA/CRAs

Objetivo estratégico: Adotar mecanismos de gestão da inadimplência da pessoa física e jurídica

Objetivo do projeto: Intensificar e profissionalizar a fiscalização (ressignificação da fiscalização).

Indicador	Unidade	Meta	Resultados
Encontro Nacional de Fiscalização do Sistema CFA/CRAs (ENAF)	Numérica	Realizar 1 Encontro Nacional com a participação de fiscais e de Conselheiros Regionais e Federais para analisar criticamente as ações de fiscalização até dezembro de 2021	1) 1 Encontro realizado 2) Instituição de Grupos de trabalho

O ENAF tem como objetivo precípuo propiciar a melhoria dos processos e procedimentos do Sistema CFA/CRAs, além de ampliar os conhecimentos dos Fiscais e mantê-los atualizados sobre as ações relativas à regulamentação da profissão, que resultarão na prestação de bons serviços aos Administradores, às empresas registradas e à sociedade.

Identificação: Cadastro Nacional

Objetivo estratégico:

Objetivo do projeto: Manter atualizado o cadastro de pessoas físicas e jurídicas - Estudos específicos relacionados ao registro profissional e de Pessoas Jurídicas.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Cadastro Nacional	Numérica	Alimentar o Cadastro Nacional com os dados enviados pelos CRAs imediatamente após o recebimento dos dados	Todos os dados enviados pelos CRAs foram inseridos no Cadastro Nacional

O CFA, na condição de Autarquia responsável pelo registro de pessoas físicas e jurídicas para efeito de fiscalização do exercício da profissão de Administrador e dos Tecnólogos e Bacharéis em Área da Administração, tem o dever de informar a situação de registro daqueles a ela vinculados.

Identificação: Big Data do Sistema CFA/CRAs

Objetivo estratégico:

Objetivo do projeto: Disponibilizar formas tecnologicamente adequadas para o pagamento das anuidades.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Big Data do Sistema CFA/CRAs	Numérica	Disponibilizar até 31/12/2021 o estudo técnico preliminar do BIG DATA DO SISTEMA CRA/CRAs	Disponibilização do valor de 660.000,00 no orçamento do CFA/2022 para a contratação da solução BIG DATA

O projeto foi concebido diante da necessidade de o Sistema CFA/CRAs em realizar a prospecção e fiscalização de pessoas e empresas que exercem atividades de administração tendo como alvo a disponibilização de ferramentas de tecnologia da informação para armazenar e processar estes dados.

Identificação: *Marketshare* PF e PJ (Quantitativo de registros)

Objetivo estratégico: Implantar mecanismos tecnologicamente adequados e efetivos, para prospectar novos registros de pessoas físicas e jurídicas em Administração; Reverter o cancelamento do registro de pessoas físicas e jurídicas

Objetivo do projeto: Disseminar os dados estatísticos e análises sobre sobre o contexto do mercado de trabalho para o Profissional de Administração e identificar a demanda reprimida para o registro profissional no CRA.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Marketshare PF e PJ	Percentual	Disponibilizar o percentual de *marketshare* PF e PJ por UF até dezembro de 2021	O protótipo do projeto *Marketshare* PF e PJ foi desenvolvido pela Coordenadoria de Informática do CFA em dezembro de 2021

A realização de campanhas de conscientização da importância da prática da administração para a solução dos problemas organizacionais, bem como de difusão da ciência da Administração, explicando os aspectos que a diferencia das demais áreas do conhecimento, são fundamentais o alcance dos indicadores da Autarquia, todavia, a utilização da tecnologia possibilitará, efetivamente, atingir o público desconhecido, egressos que atuam à margem da legalidade.

Identificação: Estudos específicos relacionados ao registro profissional e de pessoas jurídicas

Objetivo estratégico: Promover a ressignificação da profissão, de modo a elevar a autoestima do profissional e do seu pertencimento.

Objetivo do projeto: Promover a ressignificação da profissão, de modo a elevar a autoestima do profissional e do seu pertencimento.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Grupos de Trabalho	Numérica	Criar grupos de trabalho: a) Fiscalização de Licitações; b) Órgãos Públicos e Servidores; c) Ações de Responsabilidade Técnica; d) Fiscalização de PF; e e) Homem Hora.	Todos os Grupos de Trabalho apresentaram sistemáticas, as quais fundamentam os padrões de trabalho (sistematizações de cada um dos temas).

Câmara de Formação Profissional (CFP)

Em 2021 os projetos estruturantes da Autarquia, sob responsabilidade da CFP, foram desenvolvidos com base no escopo do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2019-2022, bem como nas proposições apresentadas pelos integrantes da respectiva Câmara ao Plenário do CFA, em conformidade com o art. 48 da Resolução Normativa CFA nº 584/2020.
Em 2021 foram realizadas 7 reuniões da Câmara de Formação Profissional.

Investimento total

R$69.500,00

Projetos e ações

Identificação: Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Objetivo estratégico: Apoiar institucionalmente o fortalecimento das MPEs e do empreendedorismo.

Objetivo do projeto: Participar, ativamente, em âmbito municipal, estadual e nacional, de Fóruns relacionados ao empreendedorismo e a inovação**.**

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Número de reuniões	Quantidade de interações	Participar de todas as reuniões do FPMPE e	Participação da CFP em 2 (duas) reuniões ordinárias do Fórum Permanente das MPEs - proposições no quanto à formulação da política nacional de desenvolvimento das MPEs.

O CFA integra o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – FPMPE desde 2011, criado pela Lei Complementar nº 123/2006 e, neste contexto, para além do cumprimento das finalidades de "propugnar por uma adequada compreensão dos problemas administrativos e sua racional solução" e de "promover estudos e campanhas em prol da racionalização administrativa do país", consignadas nas alíneas "a" e "i" do artigo 7º da Lei 4.769/1965, respectivamente, a Autarquia cumpre com sua função social no momento em que desenvolve ações no sentido de capacitar Administradores para atuarem no importante segmento das Micro e Pequenas Empresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).

Identificação: Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração

Objetivo estratégico: Interagir com o sistema educacional para fomentar a qualidade formativa e a divulgação da profissão.

Objetivo do projeto: Intensificar e aprimorar o Ciclo de Palestras no Sistema CFA/CRAs com abordagens acadêmico/pedagógicas e de conscientização profissional.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Participação nos eventos	Lives	Atender 100% dos convites dos CRAs até 31/12/2021	Participação em 25 lives no ano de 2021

Para além da disseminação da nova base legal dos cursos que formam os profissionais de administração, estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 5, de 14/10/2021, as interações entre a Câmara de Formação Profissional do CFA e a comunidade acadêmica contribuem para a disseminação de informações relevantes ao ensino de Administração, bem como para a divulgação de boas práticas, as quais impactam, positivamente, os processos de aprendizagem, quando sintonizadas à realidade do mercado de trabalho. A educação de qualidade promove o desenvolvimento de uma nação. Por sua vez, uma categoria profissional respeitada e consolidada conta com profissionais bem qualificados.

Identificação: Academia Corporativa da Administração - ACAdm

Objetivo estratégico: Disseminar e consolidar a Universidade Corporativa.

Objetivo do projeto: Oferecer 5 cursos próprios da Autarquia e cursos em parceria com IES.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Inserção de cursos	Cursos	Oferecer 150 cursos voltados para os profissionais inscritos nos CRAs e estudantes dos cursos de Administração	Disponibilização de 250 cursos voltados para os públicos alvos da ACAdm

A adoção de ações voltadas à capacitação de inscritos nos CRAs contribuirá, sobremaneira, para o fortalecimento da Administração, no momento em que atrair os egressos dos cursos de Administração não registrados no CRA, bem como os futuros profissionais matriculados em cursos de Administração.

Identificação: Programa de Certificação Profissional do Sistema CFA/CRAs

Objetivo estratégico: Defender, ampliar e consolidar o mercado de trabalho dos profissionais de Administração.

Objetivo do projeto: Consolidar a Certificação Profissional em Administração junto aos profissionais de Administração e as entidades representativas dos empregadores.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Quantidade de certificados emitidos	Numérico	Aferir o conhecimento de 100 profissionais de Administração regularmente inscritos nos CRAs até 31/12/2021	Foram emitidos 10 certificados pela FGV em 2021

Identificação: Prêmio “Belmiro Siqueira” de Administração

Objetivo estratégico: Interagir com o sistema educacional para fomentar a qualidade formativa e a divulgação da profissão.

Objetivo do projeto: Intensificar as parcerias com entidades vinculadas ao ensino e a formação profissional em Administração.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Quantidade de trabalhos inscritos	Numérico	Receber trabalhos dos 27 CRAs	10 trabalhos recebidos em 2022

O Prêmio "Belmiro Siqueira" de Administração, estabelecido no âmbito do Sistema CFA/CRAs pela RN 599, de 16/06/2021, tem por finalidade estimular o desenvolvimento e o compartilhamento de práticas inovadoras de gestão e de pesquisas científicas na área da Administração Pública, reconhecendo formalmente trabalhos que sirvam de referência ou inspiração para outras iniciativas capazes de transformar e melhorar continuamente a gestão pública brasileira.

Câmara de Administração e Finanças (CAF)

Essencialmente, a Câmara de Administração e Finanças (CAF) tem por papel ser o viabilizador dos projetos das áreas finalísticas , por meio de procedimentos, ações, intervenções, etc. ela perpassa por toda a estrutura do CFA. Suas atribuições precípuas são: estudar e propor medidas administrativas com foco na eficiência e na eficácia, principalmente aos serviços relacionados à racionalização administrativa; estudar e propor medidas de desenvolvimento organizacional do CFA, relativas à sua estrutura, pessoal, métodos de trabalho, apoio administrativo, informática e aplicação de recursos; discutir e avaliar o funcionamento e a execução das atividades administrativas e de informática; propor medidas corretivas às variações de receitas e de despesas do CFA; supervisionar o controle de arrecadação do CFA; supervisionar a elaboração da prestação de contas do CFA; analisar e oferecer parecer sobre as prestações de contas anuais dos CRAs; analisar os demonstrativos orçamentários, contábeis e financeiros dos CRAs; analisar e emitir parecer sobre reformulações orçamentárias do CFA e dos CRAs; planejar e executar políticas de Recursos Humanos do CFA.

Em 2021 a Câmara promoveu estudo e propositura de normativo de recuperação de créditos, cujo teor contemplou inúmeros profissionais inadimplentes. A publicação dessa Resolução Normativa específica foi ao encontro das orientações dos órgãos de controle em desafogar o sistema judiciário com processos de cobranças, ao mesmo tempo em que deu oportunidade aos Administradores de quitar suas pendências financeiras junto ao Sistema CFA/CRAs.

Investimento total

R$120.027,29

Normas editadas em 2021

Resolução Normativa CFA nº 598, de 02/06/2021 que "Altera o Regulamento aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 583, de 21 de agosto de 2020" que "Aprova o Regulamento de Cobrança do Sistema CFA/CRAs, e dá outras providências".

Resolução Normativa CFA nº 600, de 30/06/2021 "Dispõe sobre o Programa Especial de Parcelamento Incentivado de débitos e dá outras providências".

Resolução Normativa CFA nº 605, de 29/09/2021 que "Prorroga a vigência da RN 600, de 30/06/2021, que dispõe de Programa Especial de Parcelamento Incentivado de débitos".

Projeto e ações

Os projetos e ações da Câmara de Administração e Finanças foram realizados por meio das Coordenações de Informática (CIN) e de Recursos Humanos e Apoio Administrativo (CRHA).

Coordenação de Informática (CIN)

A Coordenação de informática do CFA atende às seguintes demandas: contratação de bens e serviços de tecnologia da informação; suporte especializado em projetos que requeiram recursos de tecnologia; desenvolvimento de aplicações específicas; manutenção de sistemas de

informação da autarquia e da respectiva plataforma de apoio; manutenção da infraestrutura de TI; pesquisa em inovação tecnológica voltada aos interesses de negócios do CFA; sustentação técnica-administrativa em projetos e em processos de conformidade da organização que necessitem de recursos tecnológicos; planejamento e gestão de processos de contratação de interesse comum do CFA e dos CRAs; gestão de pessoal da unidade para atendimento satisfatório das atividades operacionais e de projetos da organização.
Os principais normativos que tiveram participação da CIN foram Resolução 613/2021 - Aprova o Regulamento das Eleições do Sistema CFA/CRAs e a Política de Segurança da Informação, aprovada pela Portaria CFA nº 68, de 6 de dezembro de 2021.

Investimento total

R$602.276,47

Ações

Identificação: Aquisição de servidores de produção, garantia, suporte técnico e licenciamento de sistema operacional

Objetivo estratégico: Otimizar os custos operacionais para manter o equilíbrio orçamentário

Objetivos do projeto: Melhoria do desempenho e disponibilidade dos serviços do CFA e promoção da continuidade do negócio suportado localmente.
Alguns equipamentos de rede precisam ser substituídos, pois já não possuem mais suporte de manutenção do fabricante, o que aumenta o risco de indisponibilidade dos serviços neles hospedados.

A renovação do parque tecnológico trata-se de ação periódica para que os sistemas de informação mantidos pela Autarquia tenham garantias de disponibilidade e de operação.

Identificação: Aquisição de switches

Objetivo estratégico: Otimizar os custos operacionais para manter o equilíbrio orçamentário

Objetivo do projeto: Melhoria do desempenho e disponibilidade dos serviços do CFA.

O CFA, desde 2001, emprega comutadores que permitem a comunicação de dados em rede estruturada.

No entanto, o crescimento do tráfego da rede, seja pelo consumo de informações no contexto do ambiente interno, quanto do público externo, exigiu o aumento da capacidade do trânsito de dados nessa rede. Os meios de comunicação que têm comprometido a velocidade do tráfego da rede são dois: os comutadores e o cabeamento que os conecta.

Dessa forma, a instalação dos comutadores permitirá que o gargalo do fluxo dos dados seja resolvido.

Identificação: Proposição da nova política de segurança da informação

Objetivo do projeto: Definir diretrizes de segurança da informação alinhadas com as boas práticas preconizadas pelo mercado e por órgão de controle.

A política de segurança da informação (PSI) do CFA tinha como objeto específico recursos que envolviam estritamente alguns recursos de tecnologia. Considerando que os meios de armazenamento, de trânsito e de acesso às informações institucionais são variados e novos meios têm sido criados, a adequação da organização para reduzir riscos de integridade e de disponibilidade da informação torna-se necessidade essencial e contínua. A nova política

impulsiona a Autarquia a perseguir as boas práticas vigentes e a preparar as pessoas interessadas a adquirirem e a se reciclarem em termos de cultura de segurança da informação. No final do exercício de 2021, a Portaria Portaria nº 68/CFA instituiu a PSI no âmbito da entidade, designando comissão especial para implementá-la no ano de 2022.

Identificação: Capacitação e adoção da Lei 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações - NLL

Objetivo da ação: Aplicar aos novos processos de contratação de bens e serviços de TI.

O coordenador da CIN tomou a iniciativa de conhecer a NLL para adequação de suas competências quanto ao rito administrativo de planejamento e gestão de contratos de TI; posteriormente, participou de seminário à distância, promovido pelo CRA/CE, de comentário geral sobre a Lei. A comunicação permanente com a responsável pelo setor de licitações viabilizou a tomada de decisão pela transição da adoção da Lei 8.666/93 para a NLL no exercício de 2021. Desta forma, com antecedência de um ano da revogação dessa lei, a CIN terá sua equipe adequada para o emprego da NLL nos processos de planejamento e de gestão de contratos de TI.

Identificação: Atualização e reagrupamento de serviços de rede; modernização dos mecanismos e tecnologias informacionais.

Objetivo estratégico: Desenvolver a cultura da melhoria contínua, do comportamento e da atuação sistêmica e da mediação relacional, na governança institucional.

Durante o exercício de 2021, a CIN realizou ações de atualização sistemática do ambiente operacional - programas básicos e serviços para mitigação de riscos de falha de segurança e de incompatibilidade entre módulos e demais componentes de software.

Em paralelo, ações de reorganização e agrupamento de serviços de software foram realizadas, visando racionalizar o uso dos recursos computacionais existentes, simplificando o processo de gestão dos serviços em operação.

Identificação: Instalação de cabeamento de fibra óptica

Objetivo estratégico: Atualizar e modernizar os mecanismos e tecnologias informacionais.

Objetivo do projeto: Maiores velocidades no tráfego de dados na rede do CFA

O cabeamento de rede que conecta os racks de distribuição é atualmente constituído de cabos UTP Cat 5E. O crescimento da demanda de tráfego de rede para a oferta de serviços ao público interno e para garantia de cópia de segurança e replicação de serviços on site entre os prédios da organização requerem aumento da capacidade do tráfego, evitando-se perda de dados e consequente falha na conclusão dos processos de cópia e de uso simultâneo dos diversos serviços de rede. A contratação do serviço de fornecimento e instalação do novo cabeamento baseado em fibra óptica foi realizada, o que trará os benefícios esperados com a instalação dos comutadores que estão em processo de entrega por parte do fornecedor.

Identificação: Pesquisa de dados abertos alinhados ao negócio da autarquia

Objetivos estratégicos: Disseminar e consolidar o sistema integrado de informações.

O CFA instituiu o Cadastro Nacional em 2008, referente à base de dados dos registrados por meio de resolução normativa. Atualmente, o normativo vigente é a Resolução Normativa CFA nº 425/2012, alterada pela RN CFA nº 545/2018. Por esse instituto, o CFA busca oferecer serviços relacionados à gestão do registro profissional, tanto aos CRAs, quanto ao público em geral.

Verificando a possibilidade de adoção de dados abertos que pudessem apoiar a atualização cadastral dos registrados, a CIN realizou levantamento de dados públicos abertos que pudessem

apoiar os CRAs nessa atividade. O resultado foi a da oferta gratuita, por parte da Receita Federal do Brasil, de dados de empresas registradas no país. Essa extensa base de dados foi analisada e constatou-se o potencial de serem oferecidos serviços aos CRAs para tratamento de seus cadastros de pessoas jurídicas registradas, bem como o de prospecção de empresas para registro.

Da identificação da base de dados até o fim do exercício de 2021, a disponibilidade dos dados variou, causando algumas incertezas quanto à sua adoção. Contudo, toda a informação disponível foi explorada para atender a demandas de CRAs, a partir do cruzamento de informações armazenadas no Cadastro Nacional.

Dentre as primeiras medidas de tratamento aplicadas, destaca-se a de correção de capital social das empresas registradas, o que permitiria aos CRAs dar tratamento apropriado para cobrança devida de anuidade conforme previsto em resolução.

A capacidade de entrega de serviços aos CRAs depende diretamente da qualidade da informação que estes fornecem ao CFA.

Identificação: Apresentação sobre assinatura no processo administrativo eletrônico

Objetivo do projeto: Fomentar a recepção de assinatura eletrônica de terceiros nos processos relacionados à gestão de registro profissional e de fiscalização

A CIN, ao analisar legislações relacionadas à segurança da informação, visando a constituir propostas para sua normatização, deparou-se com o Decreto nº 10.543/2020 que, dentre outras coisas, dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal.

Constatando a sua aplicação em várias atividades, tanto no CFA quanto nos CRAs, a coordenação de informática propôs à presidência do CFA apresentação de histórico da lei relacionada ao tema, as condições atuais para a conformidade com o Decreto e alguns processos administrativos que se beneficiariam imediatamente com sua adoção, tais como registro profissional, negociação de dívida de administrado, estabelecimento de contratos, eleição dos representantes da Autarquia, análise cadastral, autenticação documental, segurança jurídica, evidência processual, recuperação e gestão de documentos íntegros.

Em junho/2021, no 2º Fórum de Presidentes do Sistema CFA/CRAS, a apresentação foi realizada, concorrendo para que a CFR iniciasse revisão de resoluções normativas que tratam de registro e fiscalização.

No mesmo ano, a Comissão Permanente Eleitoral formulou nova resolução normativa, adotando o uso das assinaturas eletrônicas em todo o rito de registro de chapas do processo eleitoral do Sistema.

Essas medidas e outras que decorrerão do uso da assinatura eletrônica simplificará a relação do público que se relaciona com o Sistema CFA/CRAs, preservando a segurança jurídica dos atos administrativos correspondentes.

Identificação: Painel de prospecção de pessoas jurídicas

Objetivo estratégico: Disseminar e consolidar o sistema integrado de informações.

Objetivo do projeto: Oferecer aos CRAs uma ferramenta de apoio à higienização cadastral de registrados e fiscalização de pessoas jurídicas.

A alta direção do CFA, no início do exercício de 2021, apresentou estudo da realidade da Autarquia, notadamente quanto à capacidade de crescimento do número de registros e a consequente realização de receita.

Em decorrência desse estudo, a CIN procurou realizar novas análises de dados de pessoas jurídicas disponíveis, tanto dos CRAs quanto da RFB.

A presidência do CFA promoveu reunião de imersão, em maio de 2021, visando identificar as anomalias que têm comprometido a capacidade administrativa da Autarquia em realizar sua função legal. Dentre elas, cita-se a anomalia “Ausência de análise de dados”, objeto de interesse da Câmara de Fiscalização e Registro - CFR. A CIN aprofundou os estudos citados para análise de dados, idealizando pré-projeto com o coordenador da CFR para disponibilidade de painel interativo aos fiscais dos CRAs, a partir de cruzamento de dados de pessoas jurídicas do Cadastro Nacional e da RFB.

Em julho/2021, a CIN lançou o pré-projeto no Encontro Nacional de Fiscalização, gerido pela CFR. Durante 2021, vários ensaios para definição do painel foram realizados, apesar das dificuldades de obtenção em prazo satisfatório dos dados da RFB. A conclusão do painel para sua publicação efetiva está prevista para o primeiro trimestre de 2022, após aprovação da alta direção.

Câmara de Comunicação e Marketing (CCM)

A Câmara de Comunicação e Marketing (CCM) vivencia novos rumos no âmbito da comunicação, tais como: produtos contemporâneos de comunicação, intensificação na disseminação da profissão nas redes sociais e sucesso consolidado dos programas do CFAPlay e da Rádio ADM. Tudo é elaborado e executado sob um planejamento minucioso e responsável. Com incontestável dedicação de toda a equipe, a CCM logra êxito nas ações e com a certeza do dever cumprido no fortalecimento da Gestão Compartilhada.

Um dos trabalhos desenvolvidos pela Câmara de Comunicação e Marketing do CFA é a Assessoria de Imprensa, cuja finalidade é construir um bom relacionamento da autarquia com a imprensa por meio da produção de conteúdos editoriais voltados para auxiliar jornalistas dos mais diferentes meios de comunicação. Em 2021 a Assessoria de Imprensa trabalhou para garantir que os assuntos do CFA fossem pautados pela imprensa.

Na era digital, o CFA acompanha os movimentos nas redes sociais. A autarquia está presente nas principais plataformas – Facebook, Twitter, Linkedin e Instagram. Com uma estratégia voltada para conteúdos que envolvem profissionais e estudantes de Administração, os perfis do CFA se reformularam. Somos a vitrine do Conselho também com canais no youtube, e propagamos a mensagem da administração por meio da radio web do conselho.

Investimento

R$618.389,45

Projetos e ações

Identificação: Jornada Acadêmica

Objetivo estratégico: Aproximar os estudantes e egressos com estratégia de engajamento.

Objetivo do projeto: Criar 3 dias de conteúdo e engajamento para os estudantes de administração.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Inscritos	Participantes	1500	4.529

A Jornada Acadêmica proporcionou o debate de temas da Administração, a divulgação da profissão e a aproximação do estudante com o Sistema CFA/CRAs e atuou como plano de contingência de algumas ações do projeto estudantes que foram impossibilitadas de serem realizadas ou adiadas devido a migração para atividades de home office.

Identificação: Mente: sua aliada no desenvolvimento profissional.

Objetivo estratégico: Aproximar a sociedade e profissionais com estratégia de engajamento

Objetivo do projeto: Promover um espaço com informações, debate, tirar dúvidas, análise de casos e orientações acerca da saúde mental e do que pode comprometê-la.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Visualizações	Audiência	5.000	10.000

Conscientizar os telespectadores da importância de cuidar da saúde mental, de se manter saudável nesse aspecto e de como pedir ajuda quando for necessário, promovendo maior bem estar e colaborando para o desenvolvimento da graduação, muitas vezes interrompida precocemente por conta da evasão escolar (também oriunda de doenças psicológicas).

Identificação: Semana Temática de Empreendedorismo

Objetivo estratégico: Aproximar a sociedade e profissionais com estratégia de engajamento

Objetivo do projeto: Promover cases de sucesso, oficinas práticas e debates de temas atuais sob o ponto de vista de quem já faz parte do segmento, seja no Brasil ou exterior.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Visualizações	Audiência	5.000	12.000

Ao longo dos últimos anos, o percentual de empresas que fecham as portas ainda no início da carreira é preocupante. Três em cada 10 pessoas que abrem o próprio negócio, encerram as atividades do primeiro ao quinto ano de vida empresarial. Entre os principais motivos para o encerramento das atividades institucionais, estão a falta de planejamento, capacitação, gestão dos negócios e a burocracia. Para auxiliar o setor e aqueles que estão iniciando no negócio, o Conselho Federal de Administração resolveu intensificar o diálogo, debater acerca do assunto e realizar a Semana Temática de Empreendedorismo, que aconteceu entre os dias 28 e 30 de setembro, de forma gratuita, on-line, com certificação de cada palestra, libras e interação entre palestrantes e internautas.

Câmara de Relações Internacionais e Eventos (CRIE)

A Câmara de Relações Internacionais e Eventos tem por objetivo aprofundar as relações do CFA com organizações internacionais, e ainda promover e aprimorar a qualidade dos eventos realizados e apoiados pelo CFA, com vistas a oportunizar maior visibilidade do Sistema CFA/CRAs.

Em 2021, a Câmara apoiou institucionalmente 6 (seis) eventos de interesse da categoria promovidos pelos CRAs do AM, CE e RO. Apresentou ao plenário proposição de alteração da resolução que aprova o regulamento para concessão de apoio financeiro e institucional a eventos de interesse do Sistema CFA, com a publicação da Resolução Normativa CFA nº 602, de 20/08/2021. Apoiou financeiramente e institucionalmente ainda os eventos: II FOGESP, realizado de 04 a 06 de maio, ERPA CENTRO-OESTE, realizado em 11 de agosto de 2021 e o XXVII ENBRA. realizado de 06 a 08 de agosto de 2021, todos exclusivamente online. Ampliou as parcerias no Clube de Vantagens, para a oferta de produtos e serviços com condições diferenciadas para os profissionais de Administração, com a assinatura de 10 novos convênios nos mais diversos segmentos e renovação do Convênio firmado com a *Challenge* Intercâmbio. Outra importante ação é a participação do CFA na Organização Latino Americana de Administração - OLA.

Investimento

R$21.244,00

Projetos e ações

Identificação: II Fórum de Gestão Pública - II FOGESP

Objetivo estratégico: Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.

Objetivo do projeto:

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Inscritos	Número efetivo	1.000	1060

O II FOGESP buscou apresentar uma programação técnico-cientifica, com o objetivo de englobar discussões de grande relevância para o desenvolvimento de novas metodologias, tecnologias, ferramentas e cenários, de modo a estimular o público a buscar e obter o conhecimento das mais diversas formas de aprendizagem, no que tange a Gestão Pública. E nesse sentido atingiu seu objetivo com a participação de 9 países e mais de 5 mil acessos online nos 3 dias de evento. Tais iniciativas contribuem para a modernização, desenvolvimento organizacional, reestruturação de processos e racionalização administrativa na gestão pública do país.

Identificação: ERPA Centro-Oeste

Objetivo estratégico: Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.

Objetivo do projeto:

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Inscritos	Número efetivo	300	666

Com a realização do evento em formato online foi possível alcançar um número maior de pessoas do que o previsto inicialmente, com menor custo. Ressaltamos ainda a divulgação no fomento de ações de integração e divulgação sobre a profissão do Administrador, bem como suas áreas de atuação e oportunidades que a região centro-oeste tem a oferecer a esses profissionais após um período crítico durante e pós-pandemia. Foi uma oportunidade de mostrar à sociedade a importância do profissional da Administração como ferramenta imprescindível para o desenvolvimento do país.

Identificação: Resolução Normativa CFA nº 602, de 20/08/2021

Objetivo estratégico: Desenvolver e implantar um sistema de benchmarking

Objetivo do projeto:

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
RN publicada	Número Efetivo	1	1

No intuito de facilitar o entendimento aos requisitos para a solicitação de apoio financeiro e institucional ao CFA, a CRIE propôs nova RN para alterar o regulamento de pedidos de apoio, no sentido de facilitar o entendimento das partes interessadas, com as melhores práticas observadas.

Identificação: XXVII Encontro Brasileiro de Administração - XXVII ENBRA

Objetivo estratégico: Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.

Objetivo do projeto:

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Inscritos	Número efetivo	1.000	4.836

O ENBRA é um evento tradicional promovido pelo CFA em parceria com os CRAs. Em função da instabilidade provocada pela pandemia de COVID-19, o evento foi realizado totalmente online, atingindo um público quase cinco vezes maior do que o previsto inicialmente.

Identificação: Clube de Vantagens

Objetivo estratégico: Estabelecer parcerias com entidades e organismos para a promoção e o desenvolvimento de ações de interesse do Sistema.

Objetivo do projeto:

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Convênios	Número efetivo	5	10

O Clube de Vantagens tem por objetivo aproximar os profissionais do Sistema CFA/CRAs, ao oferecer descontos e vantagens diferenciadas em produtos e serviços por intermédio de parcerias firmadas com empresas dos mais diversos segmentos, no intuito de valorizar e promover engajamento do profissional.

Identificação: Pacto Global Organização das Nações Unidas - ONU

Objetivo estratégico: Cumprir os princípios da ONU, fomentar e internacionalizar a integração profissional.

Objetivo do projeto:

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Acordo assinado	Número efetivo	1	1

Câmara de Gestão Pública (CGP)

A Câmara de Gestão Pública do Conselho Federal de Administração tem como atribuição essencial avaliar e propugnar pela implementação de políticas e projetos afetos à modernização no âmbito da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional. Com isso, foram realizadas várias ações que buscam dialogar com a citada atribuição, como o desenvolvimento e a manutenção do Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA); a promoção do Prêmio CFA Guerreiro Ramos, que valoriza os profissionais de administração que atuam em áreas públicas; a busca por parceiros que atuam na área pública através do ajuste por meio de Acordo de Cooperação Técnica, como o firmado com a Sudene, Ministério da Economia, entre outros; a elaboração do Diagnóstico Brasil, em que constam os principais resultados dos estados brasileiros avaliados por meio do IGM-CFA; a realização do Workshop de Gestão Pública, evento de capacitação e treinamento direcionado aos profissionais de Administração cujo foco é profissionalizar tais profissionais para atuarem na gestão pública aplicando as ferramentas de administração no dia a dia da gestão; entre outros projetos desenvolvidos. Também foram realizados dezessete eventos virtuais com temas inerentes à importância da administração e de seus profissionais e quinze reuniões com entidades públicas com intuito de buscar parcerias. Ao total, foram realizadas cinco reuniões no ano de 2021 que contou com a presença de todos os membros da Câmara.

Investimento

R$35.537,32

Projetos e ações

Identificação: Índice CFA de Governança Municipal

Objetivo estratégico: Posicionar o Sistema CFA/CRAs perante temas emergentes da sociedade e atuar como protagonista no desenvolvimento político, econômico e social.

Objetivo do projeto: Fornecer uma ferramenta de gestão aos profissionais de administração para que gere empregabilidade em âmbito público.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Atualização Periódica	Tempo	Março de cada Ano	15 de março de 2021

O IGM-CFA é uma ferramenta consolidada que desde 2016 é gerada a apresentada pelo Conselho Federal de Administração. Fornece uma forma de avaliação da gestão pública direcionada aos gestores públicos, sociedade civil, entidades privadas e pesquisadores.

Identificação: Workshop de Gestão Pública

Objetivo estratégico: Estabelecer relacionamento efetivo com entidades parceiras para o desenvolvimento de atividades que promovam e valorizem a profissão e o Sistema.

Objetivo do projeto: Treinar e capacitar profissionais de Administração para que atuem na esfera pública.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Workshop Realizados	Quantidade	27	13

O projeto ainda está em andamento e já foi realizado em treze estados. A capacitação é focada no IGM-CFA e nas ferramentas de Administração. Os profissionais são capacitados para que possam utilizar os conceitos da Administração, como planejamento, direção, controle, gestão de processos e gestão financeira nas entidades públicas.

Identificação: Agenda de Gestão Municipal

Objetivo estratégico: Estabelecer relacionamento efetivo com entidades parceiras para o desenvolvimento de atividades que promovam e valorizem a profissão e o Sistema.

Objetivo do projeto: Auxiliar os gestores públicos municipais em aspectos operacionais e de prestação de contas.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Atualização Periódica	Tempo	Abril de cada ano	19 de abril de 2021

A Agenda de Gestão Municipal é uma publicação em que constam as principais atividades desempenhadas pelo gestor público municipal. Nela há os principais conceitos, penalidades em caso de infração à lei e uma agenda com as atividades de prestação de contas que o prefeito deve observar no decorrer do mandato.

Identificação: Prêmio CFA Guerreiro Ramos

Objetivo estratégico: Divulgar as funções, prerrogativas e a importância dos profissionais de Administração junto às organizações e à sociedade.

Objetivo do projeto: Premiar os profissionais de Administração que são destaque em atuações de inovação na esfera pública.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Quantidade de Inscritos	Quantidade	30	8

O Prêmio CFA Guerreiro Ramos busca reconhecer formalmente profissionais e acadêmicos da Administração pelo mérito alcançado em virtude do desenvolvimento de trabalhos que caracterizem práticas inovadoras ou pesquisas científicas capazes de transformar e melhorar continuamente a Administração Pública brasileira. O foco é o profissional de administração e o estudante de áreas correlatas à administração. No ano de 2021 o tema foi: Gestão em tempos desafiadores.

Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos (CEPE)

Compete à CEPE promover a análise, discussão e prospecção de temas relacionados a programas, planos e projetos estratégicos, não afetos às outras Câmaras do CFA, com vistas ao planejamento e à implementação de ações que desenvolvam a ciência da Administração e o Sistema CFA/CRAs, em benefício da sociedade; apresentar estudos estratégicos de caráter inovador com potencial de impacto para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos profissionais de Administração; elaborar e propor alterações das normas que visem o aperfeiçoamento das atividades do Sistema CFA/CRAs; e desenvolver estudos e pesquisas que colaborem na definição de estratégias que estabeleçam conexões entre o mercado de trabalho e o exercício profissional.

Investimento

R$16.081,72

Projetos e ações

Identificação: Debate qualificado com temas de vanguarda

Objetivo estratégico: Debater temas de relevância para os profissionais de administração e para a sociedade.

Objetivo do projeto: Atingir a maior quantidade de pessoas em discussões de temas importantes para a sociedade e principalmente para os profissionais da administração.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Telespectadores	Quantidade	Visualização	2.034

Com o intuito de engrandecer os debates, o projeto objetiva a discussão de temas relevantes, impactantes e de grande repercussão social, além de proporcionar a busca pelo conhecimento e o compartilhamento de informações. Em 2021 foram abordados os temas: A Nova Lei de Licitações e Contratos, A importância das administradoras na gestão condominial e Gestão de *compliance* no Sistema CFA/CRAs.

Identificação: CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

Objetivo estratégico: Atualizar, definir e aclarar os campos privativos dos profissionais da administração.

Objetivo do projeto: Atualizar a CBO para atender as necessidades e demandas do Sistema CFA/CRAs.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Governo Federal	Tempo	Atualização	Publicação

O CFA tem atuado de forma direta junto ao Governo Federal - Ministério do Trabalho (CCBO/CGCIPE/STRAB/SEPRT/ME) - visando o efetivo encaminhamento da demanda e alcance do resultado esperado.

Identificação: CBA - Catálogo Brasileiro de Administração

Objetivo estratégico: Atender a uma antiga demanda para orientação profissional.

Objetivo do projeto: Elaborar um catálogo que auxilie e oriente tanto a sociedade quanto o Sistema CFA/CRAs sobre as áreas abrangentes da administração.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Contrato	Tempo	Elaboração dos catálogos	Publicação

O catálogo servirá como auxílio e orientação sobre as áreas abrangentes da administração, tanto para o Sistema CFA/CRAs como para a sociedade.

Identificação: CFA-Talentos

Objetivo estratégico: Atender os anseios dos profissionais que estão fora do mercado de trabalho e as empresas que precisam de profissionais qualificados.

Objetivo do projeto: Prospecção de novos registros; auxiliar os CRAs no processo de fiscalização; mapear as formações acadêmicas e as experiências dos profissionais; e mapear as necessidades do mercado de trabalho, por meio das oportunidades cadastradas.

Indicador	Unidade	Meta	Resultado
Execução do projeto	Talentos	Inclusão de vagas no portal	Colocação dos profissionais no mercado de trabalho

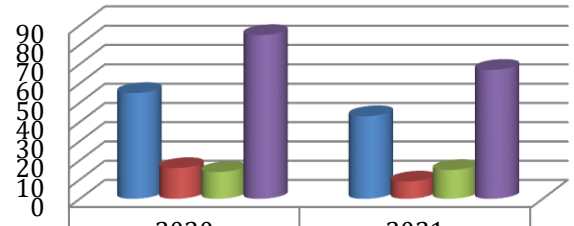
Será a plataforma de empregos oficial do Sistema CFA/CRAs para conectar Empresas e Profissionais de Administração, por meio das oportunidades.

Gestão de pessoas (CRHA)

No exercício de 2021 o quadro de colaboradores do Conselho Federal de Administração foi composto por 67 colaboradores, entre empregados efetivos e comissionados e destes, 6 (aproximadamente 10% da força de trabalho) estavam vinculados diretamente à Câmara de Fiscalização e Registro, sendo quatro Administradores e dois Advogados. Além dos colaboradores, a referida Câmara é composta por 3 Conselheiros Efetivos, todos exercendo atividades de fiscalização por meio das normas de orientação quanto à atuação nos campos privativos dos profissionais em Administração; assessoramento aos CRAs quanto às atividades de fiscalização e análise dos recursos interpostos por pessoas físicas e jurídicas em processos de infração à legislação.

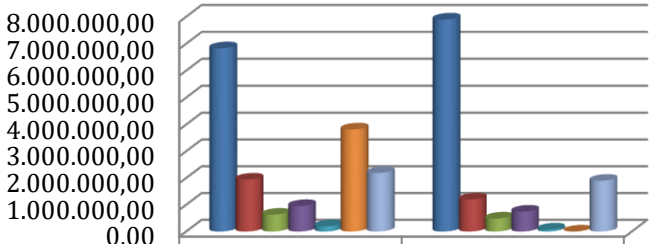
	Nº colaboradores	Valor
2020	85	R$16.557.320,16
2021	67	R$10.402.371,13

Colaboradores por vínculos



	2020	2021
EFETIVOS	55	43
ESTAGIÁRIOS	16	9
COMISSIONADOS	14	15
TOTAL	85	67

Despesa com Pessoal



	2020	2021
Proventos	6.829.455,37	7.898.555,38
Férias	1.943.214,98	1.197.283,18
Gratificações	629.374,35	486.631,91
13º	952.193,58	743.486,06
Estagiários	195430,28	76.414,50
PDV	3.817.982,38	0
Encargos	2.189.669,22	1.898.558,03

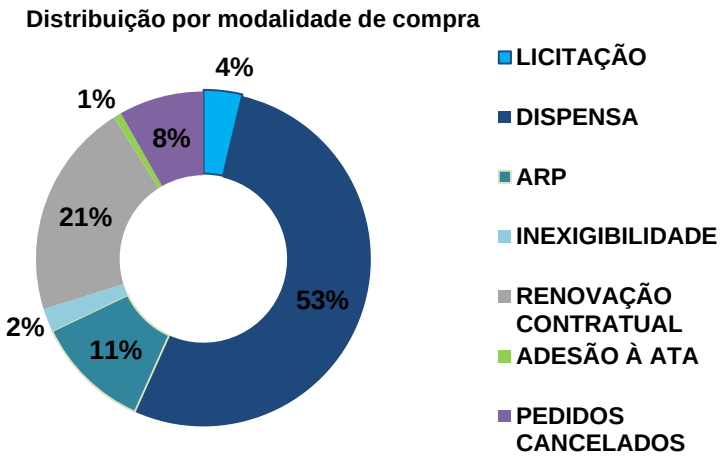
Gestão de licitações e contratos incluindo de TI

As licitações e contratações realizadas pelo CFA são embasadas nos normativos legais voltados para a Administração Pública, em especial a Lei nº 8.666/93, Lei 10.523/2022, Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 10.024/2019. O Setor de Licitações e Contratações do Conselho conta com o suporte da Assessoria Jurídica e da Auditoria Interna.

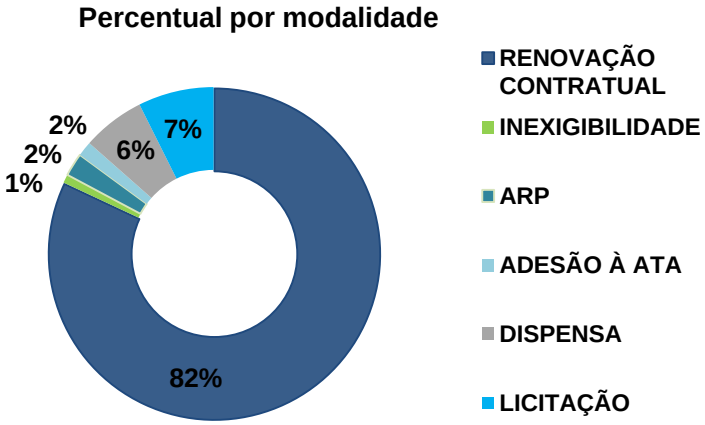
Em 2021 as despesas com contratações totalizaram R$5.960.493,19, sendo que a modalidade de compra mais utilizada foi a aquisição direta, conforme demonstra o gráfico abaixo:

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

	Pregão Eletrônico	Contratações diretas	
		Dispensa	Inexigibilidade
2020	**7**	**89**	**3**
2021	**5**	**71**	**3**



Modalidade de compra	Valor
Renovação contratual	R$4.885.566,76
Licitação	R$439.584,74
Dispensa	R$364.640,69
ARP	R$135.060,00
Adesão à Ata	R$86.201,00
Inexigibilidade	R$49.440,00
	R$5.960.493,19



Contratações mais relevantes

Área: Coordenação de Informática

Objeto da contratação: Aquisição de servidores de produção, Garantia, Suporte Técnico e licenciamento de sistema operacional

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valor: R$ 78.730,00

Objetivo estratégico: Disseminar e consolidar o sistema integrado de informações.

Justificativa para a contratação: compra e troca de servidores internos, com o objetivo de suprir as demandas de serviços existentes, assim como, possibilitar a expansão, melhoria de desempenho e implantação de novas aplicações.

Área: Coordenação de Informática

Objeto da contratação: Aquisição de ativos de rede - Switches

Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP

Valor: R$ 207.700,95

Objetivo estratégico: Otimizar os custos operacionais para manter o equilíbrio orçamentário

Justificativa para a contratação: Manter, neste Conselho, serviços de TI com excelência, com ferramentas e recursos avançados, permitindo projetar uma redução do tempo de resposta às demandas operacionais internas; melhorar o desempenho e disponibilidade dos serviços do CFA.

Área: Comissão Permanente Eleitoral

Objeto da contratação: Sistema eletrônico eleitoral via internet, com disponibilidade de infraestrutura elástica para sua hospedagem, capacidade de execução, carga de dados, segurança e monitoramento das eleições eletrônicas para a realização do refazimento da Eleição do CRA-RS 2018

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valor: R$ 112.000,00

Objetivo estratégico: Disseminar e consolidar o sistema integrado de informações.

Justificativa para a contratação: As eleições do Sistema CFA/CRAs ocorrem bienalmente com a finalidade de eleger os seus representantes para os mandatos de Conselheiros Federais, de Conselheiros Regionais e seus respectivos Suplentes.

Área: Câmara de Relações Internacionais e Eventos

Objeto da contratação: Prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação e execução de eventos, com fornecimento de infraestrutura e apoio operacional e logístico para realização de eventos pelo CFA

Modalidade: Pregão Eletrônico - SRP

Valor: R$ 3.575.293,62

Objetivo estratégico: Posicionar o Sistema CFA/CRAs perante temas emergentes da sociedade e atuar como protagonista no desenvolvimento político, econômico e social.

Justificativa para a contratação: Os eventos, em geral, são atividades essenciais para o cumprimento dos objetivos estratégicos do CFA e das competências regimentais, atribuídas através da Resolução Normativa nº 584, de 25 de agosto de 2020.

Contratações diretas

As aquisições do Conselho Federal de Administração são, em sua maioria, realizadas através de forma direta, pois os valores não ultrapassam os estipulados em lei para a obrigatoriedade da realização de Pregão ou outra modalidade estipulada.
Em sua maioria, as aquisições diretas do CFA são utilizadas para realizar serviços relacionados à manutenção do prédio ou dos equipamentos necessários para a prestação dos serviços dos colaboradores.

Área: Coordenação de Orçamento e Finanças

Objeto da contratação: Contratação de serviço de hospedagem em datacenter ou ambiente de "*cloud computing*", suporte técnico, manutenção, atualizações corretivas e preventivas de softwares destinados à gestão contábil, orçamentária e das despesas (SISCONT.NET).

Valor: R$ 43.440,00

Objetivo estratégico: Otimizar os custos operacionais para manter o equilíbrio orçamentário.

Justificativa para a contratação: dar continuidade aos serviços públicos que a legislação o incumbe, permitindo celeridade nos processos administrativos, operacionais e financeiros, bem como garante a padronização dos processos e integração/segurança das informações.

Área: Câmara de Comunicação e Marketing

Objeto da contratação: Contratação de ferramenta de envio de e-mail marketing para o Conselho Federal de Administração.

Valor: R$ 12.400,00

Objetivo estratégico: Fortalecer o marketing institucional.

Justificativa para a contratação: a área produz diariamente conteúdos para o seu público-alvo e visando, sempre, levar para conhecimento as ações e projetos que são desenvolvidos em prol dos profissionais de Administração, faz-se necessário uma ferramenta profissional de envio de e-mail marketing para a base de contatos que hoje gira em torno de 250 mil e-mails.

Informações pertinentes às licitações e contratos estão disponíveis no Portal da Transparência.
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_licitacoes/transparencia-licitacoes-e-editais-cfa/transparencia-licitacoes/

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Declaração do Contador do Contador do CFA

João Gutemberg Menezes Monteiro

O Setor de Contabilidade (SCONT) compõe a estrutura da coordenadoria de administração e finanças (CAF) que tem como atribuição: efetuar a escrituração de acordo com as normas estabelecidas em lei; controlar a execução do orçamento em todas as suas fases, promovendo o empenho prévio das despesas. Promover a liquidação das despesas e efetuar os pagamentos; elaborar os balancetes mensais e o balanço anual do CFA; informar e instruir processos de pagamento de despesas, verificando a respectiva documentação, conferindo as faturas, notas fiscais e outros elementos lançados na nota de empenho correspondente; elaborar o projeto da proposta de orçamento de acordo com a orientação estabelecida pela presidência, devendo estar adequada ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias; preparar e encaminhar ao tribunal de contas da união - TCU, a prestação de contas do CFA, observando os prazos legais; e exerce outras atividades e tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

As demonstrações contábeis são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

Os demonstrativos e dados foram extraídos do Sistema de Controle Contábil, Orçamentário e Despesas (Siscont.net), desenvolvido pela empresa Implanta Informática Ltda.

A prestação de contas anual do Conselho Federal de Administração - CFA é elaborada em cumprimento às formalidades previstas na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020.

As demonstrações contábeis do Conselho Federal de Administração (CFA) e dos Conselhos Regionais de Administração (CRA´s) não são consolidadas, visto que cada Conselho possui autonomia administrativa e financeira. As operações realizadas entre os entes do Sistema CFA/CRA´s são consideradas “transferências correntes”, as quais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário” ou “recebedor”).

Gestão Orçamentária e Financeira

Execução orçamentária

No ano de 2021, foi um ano que se iniciou com muita incerteza nas estimativas de arrecadações, devido a grande queda no ano de 2020.

Inicialmente realiza-se um profundo estudo sobre a possibilidade de arrecadação, que está intimamente vinculada aos estudos realizados pelos Conselhos Regionais de Administração (CRA´s), órgãos arrecadados do sistema. Com essa informação, podemos elaborar os possíveis cenários é então começar a fazer o plano orçamentário, onde os coordenadores de cada setor apontam as necessidades para o cumprimento da missão institucional. Em seguida é realizado o acompanhamento estratégico de resultados, objetivando monitorar o caminho para alcançar as metas estabelecidas, que é feito através de relatórios, análises gráficas e indicadores de desempenho. Com o acompanhamento dessas informações, as decisões são tomadas a partir de fatos, e não baseadas apenas em teorias. Essa visão ampliada dá a oportunidade de corrigir pontos de atenção e alinhar a nossa estratégia.

Com base nessa perspectiva, apresentamos alguns números sobre a gestão orçamentária e financeira do CFA.

Contribuição de cota-parte	2019	R$26.377.485,00
	2020	R$22.838.263,03
	2021	R$27.088.620,42
Em 2021, tivemos um aumento na receita equivalente a 18,61%.		

Caixa e equivalente a caixa	2019	R$5.625.670,77
	2020	R$6.806.258,25
	2021	R$19.421.087,62
Em 2021, tivemos um aumento de em caixa e equivalente de 185,34%.		

Superávit ou déficit orçamentário	2019	R$4.288.220,64
	2020	R$1.344.224,58
	2021	R$12.387.416,74
Em 2021, tivemos um aumento de em caixa e equivalente de 821,52%		

Superávit ou déficit patrimonial	2019	R$5.824.098,72
	2020	R$8.507.690,67
	2021	R$22.530.144,15
Em 2021, tivemos um aumento de em caixa e equivalente de 164,82%.		

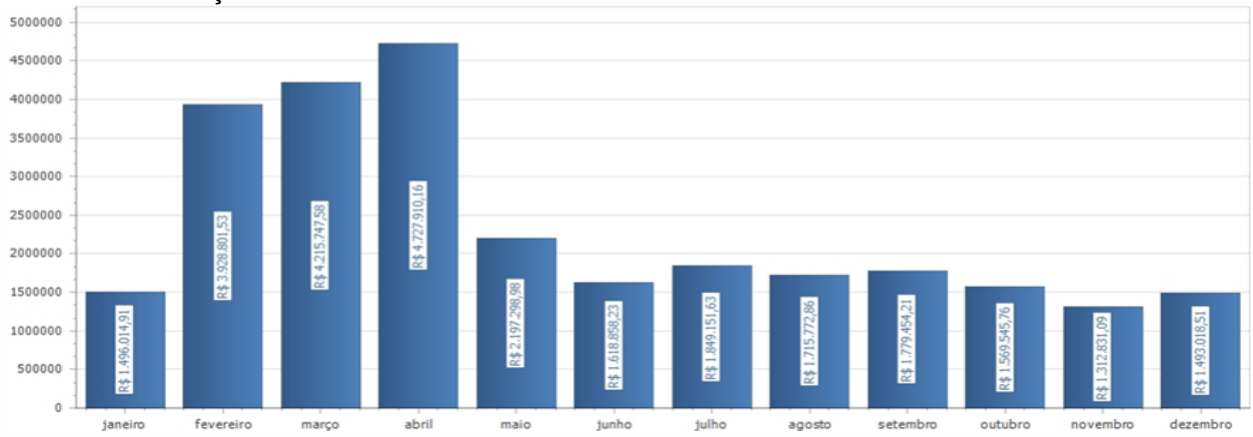
Receitas	2021	
	Orçada	R$28.000.000,00
	Arrecadada	R$27.904.405,45
Em 2021, tivemos uma arrecadação equivalente a 99,66% do valor orçado.		

Despesas	2021	
	Orçada	R$28.000.000,00
	Realizada	R$14.844.825,39
Em 2021, tivemos despesas equivalentes a 53,02% do valor orçado.		

Receitas por grupo e elemento

Receita	Orçado	Arrec. Periodo		Arrec. Exerc.		Diferença	
6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	28.000.000,00	27.904.405,45	99,66 %	27.904.405,45	99,66%	95.594,55	0,34%
6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	27.969.000,00	27.873.405,45	99,66 %	27.873.405,45	99,66%	95.594,55	0,34%
6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVICOS	120.000,00	118.470,38	98,73 %	118.470,38	98,73%	1.529,62	1,27%
6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	120.000,00	118.470,38	98,73 %	118.470,38	98,73%	1.529,62	1,27%
6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	569.500,00	666.314,65	117,00 %	666.314,65	117,00 %	-96.814,65	-17,00%
6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	569.500,00	666.314,65	117,00 %	666.314,65	117,00 %	-96.814,65	-17,00%
6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	569.500,00	666.314,65	117,00 %	666.314,65	117,00 %	-96.814,65	-17,00%
6.2.1.2.1.07 - TRANSFERENCIAS CORRENTES	27.279.500,00	27.088.620,42	99,30 %	27.088.620,42	99,30%	190.879,58	0,70%
6.2.1.2.2 - RECEITA DE CAPITAL	31.000,00	31.000,00	100,00 %	31.000,00	100,00 %	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.02 - ALIENACAO DE BENS	31.000,00	31.000,00	100,00 %	31.000,00	100,00 %	0,00	0,00%
6.2.1.2.2.02.01 - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	31.000,00	31.000,00	100,00 %	31.000,00	100,00 %	0,00	0,00%

Gráfico da evolução da receita



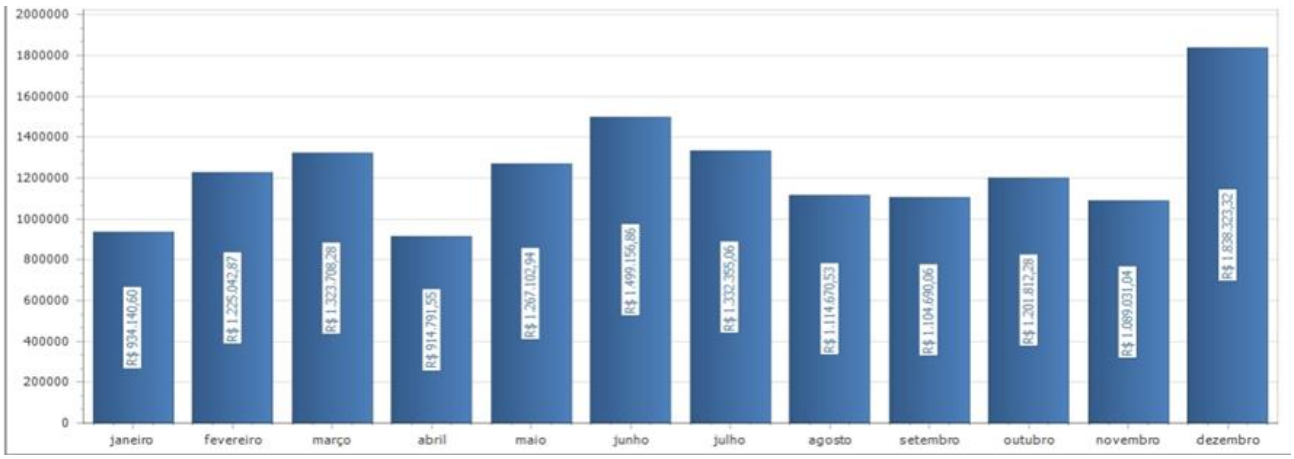
Informações sobre a realização das receitas

Em análise ao comparativo das receitas arrecadadas, mês a mês, no exercício de 2021, verifica-se que o pico da arrecadação, deu-se no mês de março, um total de 4.727.910,16 (quatro milhões e setecentos e vinte e sete mil e novecentos e dez reais e dezesseis centavos), representando 22,83% do total orçado no exercício de 2021.

Despesas por grupo e elemento

Despesa	Orçado	Realiz. Periodo		Realiz. Exerc.		Diferença	
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	28.000.000,00	14.844.825,39	53,02 %	14.844.825,39	53,02%	13.155.174,61	46,98%
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	19.448.500,00	14.835.036,59	76,28 %	14.835.036,59	76,28%	4.613.463,41	23,72%
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.138.000,00	7.792.847,79	85,28 %	7.792.847,79	85,28%	1.345.152,21	14,72%
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	6.754.000,00	6.015.891,03	89,07 %	6.015.891,03	89,07%	738.108,97	10,93%
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	2.384.000,00	1.776.956,76	74,54 %	1.776.956,76	74,54%	607.043,24	25,46%
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.771.500,00	6.570.390,97	67,24 %	6.570.390,97	67,24%	3.201.109,03	32,76%
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.963.000,00	1.756.956,98	89,50 %	1.756.956,98	89,50%	206.043,02	10,50%
6.2.2.1.1.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS	1.810.000,00	1.523.696,95	84,18 %	1.523.696,95	84,18%	286.303,05	15,82%
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO	93.000,00	49.312,05	53,02 %	49.312,05	53,02%	43.687,95	46,98%
6.2.2.1.1.01.04.03.004 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	110.000,00	94.224,60	85,66 %	94.224,60	85,66%	15.775,40	14,34%
6.2.2.1.1.01.04.03.006 - DIÁRIAS	1.607.000,00	1.380.160,30	85,88 %	1.380.160,30	85,88%	226.839,70	14,12%
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	5.998.500,00	3.289.737,04	54,84 %	3.289.737,04	54,84%	2.708.762,96	45,16%
6.2.2.1.1.01.04.04.054 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.357.000,00	859.344,66	63,33 %	859.344,66	63,33%	497.655,34	36,67%
6.2.2.1.1.01.04.04.056 - SERVIÇOS E OUTRAS DESPESAS ATRIBUÍDAS ÀS CÂMARAS	1.407.860,00	481.846,71	34,23 %	481.846,71	34,23%	926.013,29	65,77%
6.2.2.1.1.01.04.04.057 - SERVIÇOS E OUTRAS DESPESAS ATRIBUÍDAS A EVENTOS E PROJETOS	715.000,00	342.149,68	47,85 %	342.149,68	47,85%	372.850,32	52,15%
6.2.2.1.1.01.04.04.058 - REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO - RBA	50.000,00	47.400,00	94,80 %	47.400,00	94,80%	2.600,00	5,20%
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00 %
6.2.2.1.1.01.05.01 - TRIBUTOS	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.000,00	100,00 %
6.2.2.1.1.01.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	37.000,00	16.756,70	45,29 %	16.756,70	45,29%	20.243,30	54,71%
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	5.000,00	2.793,23	55,86 %	2.793,23	55,86%	2.206,77	44,14%
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	496.000,00	452.247,90	91,18 %	452.247,90	91,18%	43.752,10	8,82%
6.2.2.1.1.01.08.01 - TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	496.000,00	452.247,90	91,18 %	452.247,90	91,18%	43.752,10	8,82%
6.2.2.1.1.01.08.01.002 - Outras Transferências	496.000,00	452.247,90	91,18 %	452.247,90	91,18%	43.752,10	8,82%
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	8.551.500,00	9.788,80	0,11%	9.788,80	0,11%	8.541.711,20	99,89%
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	359.000,00	9.788,80	2,73%	9.788,80	2,73%	349.211,20	97,27%
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	335.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	335.000,00	100,00 %
6.2.2.1.1.02.01.05 - INTANGÍVEL	24.000,00	9.788,80	40,79 %	9.788,80	40,79%	14.211,20	59,21%
6.2.2.1.1.02.02 - INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10.000,00	100,00 %
6.2.2.1.1.02.02.04 - BENS IMÓVEIS	10.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10.000,00	100,00 %
6.2.2.1.1.02.04 - OUTRAS DESPESAS CAPITAL	8.182.500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.182.500,00	100,00 %
6.2.2.1.1.02.04.01 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.182.500,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.182.500,00	100,00 %

Representação gráfica das despesas realizadas no exercício de 2021



Parecer da auditoria externa referente ao exercício 2021

À
Presidência do Conselho Federal de Administração (CFA)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA, que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades públicas, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a Lei nº 4.320/64.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Autarquia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades públicas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de

auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Autarquia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil e nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada, em consonância com as disposições contidas na Portaria STN nº 548/2015, quanto ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, anexo à referida Portaria, cujas regras aplicáveis encontram-se no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da Autarquia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de março de 2022.

Eduardo Silva Rodrigues da Trindade
Sócio/Diretor
CRC/DF nº 15393/O-1

Gestão patrimonial e infraestrutura

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)

O CFA segue as disposições legais: previstas na Lei n.º 8.666/1993, Instrução Normativa n.º 205/1988 – SEDAP, Decreto n.º 9.373/2018 e alterações, Decreto n.º 9.764/2019, Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 08 – Ativo Intangível e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial nos conselhos de profissão regulamentada.

Na conta 6.2.2.1.1.02.01.05.001 - Sistema de Informática, intangível, teve 2 aquisições, são elas: aquisição do sistema operacional windows server 2019 para substituição do atual sistema que apresenta problemas na execução do backup de todo material de audiovisual produzido pela câmara de comunicação e marketing (ccm), conforme ofício 97 (0724080) - processo sei 476900.004217/2020-47, valor de 6.252,80; e aquisição de 8 unidades de memória ram ddr4 udimm 8gb 2133mhz; e 2 unidades de memória ram ddr4 udimm 8gb 2400mhz para as máquinas da Coordenação de Informática, conforme solicitação de compras/serviços 136 (1081201) e despacho 1256 (1101219) - processo sei 476900.003416/2021-19, no valor de 3.536,00.

6.2.2.1.1.02.01.05 - INTANGÍVEL	**24.000,00**	**9.788,80**	**9.788,80**	**14.211,20**
6.2.2.1.1.02.01.05.001 - Sistemas de Informática	24.000,00	9.788,80	9.788,80	14.211,20

Desfazimento de ativos

O CFA vendeu o veículo Logan placa OVV 6011, na modalidade leilão, devido está parado há meses, gerando custos e em momento de economicidade, conforme ata da 4° reunião plenária, no dia 22 de outubro de 2020 - processo sei 476900.004146/2020-82.

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo
1.2.3.1.1.01 - BENS MÓVEIS	3.994.989,93D	44.063,82	38.000,00	4.001.053,75D
1.2.3.1.1.01.01 - Mobiliário em Geral	688.742,22D	0,00	0,00	688.742,22D
1.2.3.1.1.01.02 - Obras de Arte	4.200,00D	0,00	0,00	4.200,00D
1.2.3.1.1.01.03 - Máquinas, Motores e Aparelhos	3.218.797,71D	8.950,74	0,00	3.227.748,45D
1.2.3.1.1.01.07 - Central Telefônica	14.450,00D	0,00	0,00	14.450,00D
1.2.3.1.1.01.08 - Veículos	68.800,00D	0,00	38.000,00	30.800,00D
1.2.3.1.1.01.99 - Equipamentos de Processamento de Dados (CIN)	0,00	35.113,08	0,00	35.113,08D

Manutenção patrimonial e de infraestrutura

Manutenção patrimonial e de infraestrutura	orçado	pago
Serviços de limpeza, conservação e jardinagem	15.000,00	2.180,00
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis/móveis	2.000,00	245,00
Serviços de Energia Elétrica	100.000,00	73.220,80
Serviços de água e esgoto	45.000,00	39.223,82
Manutenção de Aparelhos Condicionadores de Ar	22.000,00	19.769,47
Manutenção de Elevadores	11.000,00	9.644,09
Manutenção de Nobreak	95.000,00	51.270,84
Manutenção de Instalações	65.000,00	48.558,20
Total	**355.000,00**	**244.112,22**

Gestão de Custos

O Conselho Federal de Administração - CFA não aplica a Sistemática de Apuração de Custos.

Demonstrações contábeis

Balanço Orçamentário (BO)

Receitas orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	20.710.000,00	27.969.000,00	27.873.405,45	(95.594,55)
RECEITA DE SERVICOS	20.000,00	120.000,00	118.470,38	(1.529,62)
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	20.000,00	120.000,00	118.470,38	(1.529,62)
FINANCEIRAS	200.000,00	569.500,00	666.314,65	96.814,65
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	200.000,00	569.500,00	666.314,65	96.814,65
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	200.000,00	569.500,00	666.314,65	96.814,65
TRANSFERENCIAS CORRENTES	20.490.000,00	27.279.500,00	27.088.620,42	(190.879,58)
RECEITA DE CAPITAL	-	31.000,00	31.000,00	-
ALIENACAO DE BENS	-	31.000,00	31.000,00	-
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	-	31.000,00	31.000,00	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	**20.710.000,00**	**28.000.000,00**	**27.904.405,45**	**(95.594,55)**
DÉFICIT	-	-	-	-
TOTAL	**20.710.000,00**	**28.000.000,00**	**27.904.405,45**	**(95.594,55)**

Despesas orçamentárias

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	20.358.860,00	19.448.500,00	15.182.199,91	14.835.036,59	14.835.036,59	4.266.300,09
REMUNERAÇÃO PESSOAL	7.749.000,00	6.754.000,00	6.015.891,03	6.015.891,03	6.015.891,03	738.108,97
ENCARGOS PATRONAIS	2.384.000,00	2.384.000,00	1.869.623,06	1.776.956,76	1.776.956,76	514.376,94
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.961.000,00	1.963.000,00	1.761.732,37	1.756.956,98	1.756.956,98	201.267,63
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.880.000,00	1.810.000,00	1.523.696,95	1.523.696,95	1.523.696,95	286.303,05
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	5.882.860,00	5.998.500,00	3.539.458,67	3.289.737,04	3.289.737,04	2.459.041,33
TRIBUTOS	1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	35.000,00	37.000,00	16.756,70	16.756,70	16.756,70	20.243,30
SERVIÇOS BANCÁRIOS	5.000,00	5.000,00	2.793,23	2.793,23	2.793,23	2.206,77
TRANSFERÊNCIAS OPERACIONAIS	461.000,00	496.000,00	452.247,90	452.247,90	452.247,90	43.752,10
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	351.140,00	8.551.500,00	334.788,80	9.788,80	9.788,80	8.216.711,20
INVESTIMENTOS	185.000,00	359.000,00	334.788,80	9.788,80	9.788,80	24.211,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	135.000,00	335.000,00	325.000,00	-	-	10.000,00
INTANGÍVEL	50.000,00	24.000,00	9.788,80	9.788,80	9.788,80	14.211,20
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00
BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	156.140,00	8.182.500,00	-	-	-	8.182.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	156.140,00	8.182.500,00	-	-	-	8.182.500,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	**20.710.000,00**	**28.000.000,00**	**15.516.988,71**	**14.844.825,39**	**14.844.825,39**	**12.483.011,29**
SUPERÁVIT	-	-	**12.387.416,74**	-	-	**12.387.416,74**
TOTAL	**20.710.000,00**	**28.000.000,00**	**27.904.405,45**	**14.844.825,39**	**14.844.825,39**	**95.594,55**

Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO			PASSIVO		
Especificações	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificações	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	**25.012.839,70**	**11.176.054,95**	**Passivo Circulante**	**837.271,37**	**938.409,47**
caixa e equiv. De caixa	19.421.087,62	6.806.258,25	Obrigações trabalhista e previdenciárias a pagar a curto	834.928,19	780.244,82
Créditos a curto prazo	4.579.950,15	3.002.936,56			
Demais créditos e valores a curto prazo	1.011.801,93	1.366.860,14	obrig. fiscais a curto prazo	2.343,18	1.673,30
			Demais obrig. a curto prazo	-	156.491,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.755.938,84	25.170.264,40	**Patrimônio líquido**		
Imobilizado	24.596.673,33	25.020.787,69	Resultados acumulados	48.931.507,17	35.407.909,88
Bens móveis	4.001.053,75	3.994.989,93	**Total do Patrimônio líquido**	**48.931.507,17**	**35.407.909,88**
Bens imóveis	22.804.010,74	22.804.010,74	Passivo financeiro	1.509.434,69	1.336.603,22
(-) Deprec., exaustão e amort. Acumul.	2.208.391,16 C	1.778.212,98 C	**Saldo patrimonial**	**48.259.343,85**	**35.009.716,13**
Intangível	159.265,51	149.476,71			
software	159.265,51	149.476,71			
			Exercício atual	**Exercício anterior**	
Superávit Financeiro			**22.530.144,15**	**8.507.690,67**	

Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais					
	Exercício atual	exercício anterior		Exercício atual	Exercício anterior
Variação patrimonial aumentativa	**30.166.108,78**	**24.134.000,02**	**Variação patrimonial Diminutiva**	**16.642.511,49**	**32.014.666,80**
Exploração e vendas de bens, serv. e direitos	95.312,15	3.600,00	Pessoal e encargos	9.550.978,93	15.149.479,36
Valor bruto de explor. De bens e direitos	95.312,15	3.600,00	Uso de bens, serv. e consumo de capital fixo	5.466.976,46	5.424.227,10
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	666.314,65	204.125,31	Uso de material de consumo	53.444,38	72.897,44
Multa sobre anuidades	666.314,65	204.125,31	Serviços	4.978.929,43	4.959.120,72
Transferências recebidas	28.882.634,01	22.838.333,03	Depreciação, amort. e exaustão	434.602,65	392.208,94
Transferências intragovernamentais	27.088.620,42	22.838.263,03	Transferências intragovernamentais	452.247,90	1.598.278,00
Transferências intragovernamentais	1.794.013,59	70,00	Desvalorização e perdas de ativos	33.575,53	906.349,03
Valorização e ganhos com ativos	31.000,00	4.068,14	Outras variações patrimoniais diminutivas	1.138.732,67	8.936.333,31
Reavaliação de ativos	-	4.068,14			
Reavaliação de intangíveis	-	4.068,14	Variações patrimoniais diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos	1.138.732,67	8.936.333,31
Ganhos com alienação de Imobilizado	31.000,00	-			
Outas variações patrimoniais aumentativas	490.847,97	1.083.873,54			
Indenizações	486.866,87	950.587,00			
Reversão de provisões	3.981,10	133.286,54			
Total das Variações Ativas	**30.166.108,78**	**24.134.000,02**	**Total das Variações Passivas**	**16.642.511,49**	**32.014.666,80**
Déficit do exercício anterior		**7.880.666,78**	**Superávit do exercício atual**	**13.523.597,29**	
Total	**30.166.108,78**	**32.014.666,80**	**Total**	**30.166.108,78**	**32.014.666,80**

Fluxo de Caixa

Demontração dos fluxos de caixa		
Fluxo de caixa das atividades das operações		
Ingressos	**Exercício atual**	**Exercício anterior**
Receitas corrente	27.873.405,45	23.045.988,34
Receitas de serviços	118.470,38	3.600,00
Financeiras	666.314,65	204.125,31
Atualização monetária	666.314,65	204.125,31
Transferências correntes	27.088.620,42	22.838.263,03
Outros ingressos	10.165.644,97	13.206.251,88
Desembolsos		
Outros desembolsos	10.610.395,66	13.777.277,57
Fluxo de caixa líquido das atividades das operações	**27.428.654,76**	**22.474.962,65**
Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento	- 14.844.825,39	- 21.294.375,17
Ingressos		
Receita de capital	31.000,00	-
Desembolsos		
Despesas corrente	14.835.036,59	21.290.580,35
Pessoal e encargos sociais	6.015.891,03	10.805.778,85
Encargos patronais	1.776.956,76	2.119.847,47
Outras despesas correntes	6.570.390,97	6.751.289,42
demais despesas correntes	16.756,70	10.685,10
Serviços bancários	2.793,23	4.701,51
Transferências correntes	452.247,90	1.598.278,00
despesas de capital	9.788,80	3.794,82
Fluxo de caixa líq. das ativ. de financiamento	- 14.813.825,39	- 21.294.375,17
Apuração do fluxo de caixa do período		
Geração líquida de caixa e equivalente de caixa	**- 2.229.996,02**	**- 20.113.787,69**
Caixa e equivalente de caixa inicial	**6.806.258,25**	**5.625.670,77**
Caixa e equivalente de caixa final	**4.576.262,23**	**6.806.258,25**

Balanço Financeiro

Balanço Financeiro					
Ingressos			Dispêndios		
Especificação	**Exercício atual**	**Exercício anterior**	**Especificação**	**Exercício atual**	**Exercício anterior**
Receita orçamentária	27.904.405,45	23.045.988,34	Despesa orçamentária	15.516.988,71	21.701.763,76
Receita realizada	27.904.405,45	23.045.988,34	Crédito empenhado a liquidar	672.163,32	398.193,75
Receitas de serviços	118.470,38	3.600,00	Crédito empenhado liquidado		9.194,84
Financeiras	666.314,65	204.125,31	Crédito empenhado - pago	14.844.825,39	21.294.375,17
Transferências correntes	27.088.620,42	22.838.263,03	Despesas correntes	14.835.036,59	21.290.580,35
Receita de capital	31.000,00	-	Demais despesas correntes	16.756,70	10.685,10
			Serviços bancários	2.793,23	4.701,51
			transferências correntes	452.247,90	1.598.278,00
			Despesas de capital	9.788,80	3.794,82
Transferências financeiras recebidas			Transferências financeiras concedidas		
Recebimentos extraorçamentários	10.837.808,29	13.613.640,47	Pagamentos extraorçamentários	10.610.395,66	13.777.277,57
Insc. De restos a pagar não process.	672.163,32	398.193,75	Pgtos de restos a pgr não process.	261.384,57	546.194,71
Insc. de restos a pagar processado		9.194,84			
Depósito restituíveis e valores vinc.	36.995,13	411.258,71	Outros pgtos extraorçamentários	10.349.011,09	13.231.082,86
Outros rec. Extraorçamentários	10.128.649,84	12.794.993,17	Saldo em esp. p/ o exerc. Seguinte	19.453.960,12	6.839.130,75
Saldo em epécie do exercício ant.	6.839.130,75	5.658.543,27	Caixa e equiv. De caixa	19.421.087,62	6.806.258,25
Caixa e equiv. De caixa	6.806.258,25	5.625.670,77	Depósito rest. Vlrs vinculados	32.872,50	32.872,50
Depósito rest. Vlrs vinculados	32.872,50	32.872,50			
Total	**45.581.344,49**	**42.318.172,08**		**45.581.344,49**	**42.318.172,08**

As demonstrações contábeis que compõem a Prestação de Contas da Gestão, no exercício de 2021 podem ser acessadas em sua íntegra no Portal da Transparência do CFA.

Comparativo da Receita
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_financas/transparencia-comparativo-de-receita/-

Comparativo da Despesa Empenhada;
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_financas/transparencia-demonstrativo-de-despesas/

Comparativo da Despesa Paga;
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_financas/transparencia-demonstrativo-de-despesas/

Balanço Patrimonial (BP);
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_financas/transparencia-balanco-patrimonial/

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_financas/transparencia-variacoes-patrimoniais/

Balanço Financeiro (BF);
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_financas/transparencia-balanco-financeiro/

Balanço Orçamentário (BO);
https://cfa.org.br/transparencia-cfa/transparencia_financas/transparencia-balanco-orcamentario/

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota explicativa 1 – Contexto operacional

O Conselho Federal de Administração - CFA, localizado no SAUS Quadra 1 Bloco L Edifício Conselho Federal de Administração - CFA - Asa Sul – Brasília-DF, dotado de personalidade jurídica de direito público, funciona como Autarquia Federal Especial, com imunidade tributária e autonomia administrativa e financeira, foi criado pela Lei nº 4.769, de 09 setembro de 1965, regulamentada pelo decreto n° 61.934 de 22 de dezembro de 1967, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da administração por pessoas físicas e jurídicas.

O Conselho Federal de Administração - CFA com sede em Brasília/DF, e os Conselhos Regionais de Administração (CRAs), com sede nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal, constituem o Sistema CFA/CRAs.

O Conselho Federal de Administração - CFA é o órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador das atividades abrangidas pela Lei nº 4.769/1965, bem como controlador e fiscal das atividades administrativas e financeiras do Sistema CFA/CRAs.

Nota explicativa 2 – Base da preparação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As demonstrações contábeis que compõem a Prestação de Contas da Gestão, no exercício de 2021, são os seguintes: Comparativo da Receita, Comparativo da Despesa Empenhada, Comparativo da Despesa Paga, Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Financeiro (BF), Balanço Orçamentário (BO), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas (NE).

Os demonstrativos e dados foram extraídos do Sistema de Controle Contábil, Orçamentário e Despesas (Siscont.net), desenvolvido pela empresa Implanta Informática Ltda.

A prestação de contas anual do Conselho Federal de Administração - CFA é elaborada em cumprimento às formalidades previstas na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020.

As demonstrações contábeis do Conselho Federal de Administração (CFA) e dos Conselhos Regionais de Administração (CRA´s) não são consolidadas, visto que cada Conselho possui autonomia administrativa e financeira. As operações realizadas entre os entes do Sistema CFA/CRA´s são consideradas “transferências correntes”, as quais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado “transferidor”) a outro (chamado “beneficiário” ou “recebedor”).

Nota explicativa 2.2 – Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional das operações do Conselho Federal.

Cabe ressaltar que para fim de Notas Explicativas, os valores estão apresentados na base de Reais Mil (R$ Mil) e de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Nota explicativa 2.3 – Resumo das principais práticas contábeis

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CFA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicado ao setor público brasileiro, sendo compostas pelo Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Financeiro (BF); Balanço Orçamentário (BO); e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir, de forma uniforme e comparativa com o exercício anterior, cabendo ressaltar que as políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição específica em contrário.

Nota explicativa 2.4 – Balanço Patrimonial

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho Federal na data de 31 de dezembro de 2021 demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final de cada exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados (patrimônio líquido) da gestão patrimonial, ao longo de vários exercícios.

Nota explicativa 3 – Caixa e equivalente de caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados pelo Conselho Federal de Administração, em consonância ao que dispõe o §3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

"§3º - as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei."

Os recursos disponíveis são mantidos, exclusivamente, em bancos oficiais (Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal) e incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras em fundos de investimento e renda fixa, classificados como conservadores, sendo os rendimentos registrados em contas de resultado.

As aplicações financeiras possuem liquidez diária e foram mensuradas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

R$ mil		
Disponibilidades	**2021**	**2020**
Títulos		
Caixa e equivalente de caixa	19.421	6.806
Contas movimento	84	45
Aplicações financeiras	19.336	6.760

Nota explicativa 3.1 – Crédito a receber de curto prazo

Os direitos provenientes dos valores de cota-parte a receber dos Conselhos Regionais são avaliados pelo valor realizável. O montante de cota-parte é o exemplo de transferência legal “interconselhos”.

A quota-parte a que se refere o art. 10 da Lei 4.769/65 incide sobre anuidades, taxas e multas, bem como sobre aquelas receitas diversas que se relacionem com a atividade-fim da Autarquia, tais como correção monetária e juros sobre anuidades, taxas, multas e emolumentos inscritos na dívida ativa administrativa ou judicial, arrecadadas pelos Conselhos Regionais

Os valores a receber de curto e longo prazo são registrados pelo valor original, sendo atualizados na data do Balanço Patrimonial, quando aplicável, não tendo sido utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Pública.

O Conselho Federal não constitui provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Os empréstimos foram concedidos pelo CFA com a finalidade de apoio financeiro aos Conselhos Regionais e estão contabilizados pelo valor atualizado, de acordo com os contratos firmados.

R$ mil		
Títulos	**2021**	**2020**
Crédito a curto prazo	4.579	3.002
Crédito de Convênios PRODER 2013 a 2019 junto ao CFA	4.554	2.760
Empréstimos concedidos aos CRAs	25	242

R$ mil		
Títulos	**2021**	**2020**
Demais Créditos e Valores de curto Prazo	**1.011**	**1.366**
Adiantamento concedido a pessoal e terceiros	3	3
Depósitos restituíveis e valores vinculados	32	32
Créditos Diversos Junto ao CRA/PA a Receber (Divida Ativa)	973	1.329

Nota explicativa 3.2 - Imobilizado

O ativo imobilizado está segregado em três grupos: bens móveis, imóveis e intangíveis. Estão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, incluindo os gastos adicionais ou complementares para serem postos em operação, com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente.

O imóvel de propriedade do CFA foi reavaliado a valor de mercado no exercício de 2018.

Em março de 2021, conforme processo SEI 476900.004069/2020-61, a empresa CWE SOLUÇÕES CONTABILIDADE E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ 10.286.598/0001-80, prestou serviços de inventário físico de ativo imobilizado, conciliação do patrimônio físico com os registrados na contabilidade e apontamentos dos ajustes a ser realizados, avaliação de mercado dos bens móveis de acordo com a NBC T 19.6 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidade do Setor Público) e colocação de novas placas de identificação patrimonial e tombamento, confeccionadas com número e código de barras, para controle dos bens, a ser realizado na sede do CFA, localizada no Setor de Autarquias Sul - Quadra 1 - Bloco L, Brasília/DF.

R$ mil		
Títulos	**2021**	**2020**
Imobilizado - Bens Móveis	**4.001**	**3.994**
Mobiliário em geral	688	688
Obras de Artes	4	4
Máquinas, motores e aparelhos	3.227	3.218
Central Telefônica	14	14
Veículos	30	68
Equipamentos de processamentos de dados (CIN)	35	0

R$ mil		
Títulos	**2021**	**2019**
Imobilizado - Bens Imóveis	**22.804**	**22.804**
Terrenos	6.900	6.900
Edifico Sede do CFA - SAS Quadra 01 Bloco L	15.904	15.904

R$ mil		
Títulos	**2021**	**2020**
Imobilizado – Intangíveis	**159**	**149**
Sistemas de Informática	154	144
Linhas Telefônicas	4	4

R$ mil		
Títulos	**2021**	**2020**
Imobilizado – Depreciação acumulada bens móveis	**2.208**	**1.778**
(-) Depreciação acumulada Mobiliário em geral	407	338
(-) Depreciação acumulada Máquinas, motores e aparelhos	1.537	1.215
(-) Depreciação acumulada Biblioteca e Filmoteca	1	1
(-) Depreciação acumulada Central Telefônica	25	22
(-) Depreciação acumulada de Sistema de Informática	140	110
(-) Depreciação acumulada Veículos	95	89

Nota explicativa 4 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Corresponde às obrigações relacionadas a Pessoal e Encargos Sociais a Pagar, as quais são reconhecidas pelo valor original.

As obrigações com Encargos Sociais a Pagar são registradas pelo regime de competência e os recolhimentos são feitos de acordo com os vencimentos nos respectivos órgãos.

Nota explicativa 5 – Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Representam as obrigações assumidas e inscritas em Restos a Pagar Processados, em circulação ao final do exercício de 2021, a serem pagas no exercício seguinte.
No exercício de 2021, as obrigações de curto prazo foram, integralmente, inscritas em Restos a Pagar Processados, com base nas informações dos fiscais de contratos e nos termos dos convênios firmados pelo Conselho Federal.

Nota explicativa 6 – Obrigações fiscais a curto prazo

Este grupo apresenta as obrigações fiscais de curto prazo, decorrentes das retenções de tributos federais, contribuições previdenciárias e impostos sobre serviços, em conformidade com as legislações vigentes, calculadas sobre os pagamentos de fornecedores de bens e/ou serviços, cujos recolhimentos são efetuados, de acordo com os vencimentos nos respectivos órgãos.

O registro é efetuado pelo valor original das transações, com base, principalmente, na folha de pagamento.

O saldo de Impostos e Contribuições a Recolher refere-se a Imposto de Renda (IRRF) e Contribuições Previdenciárias (INSS) retidos de empregados na folha de pagamento.

Nota explicativa 7 – Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit (ou déficit) patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores, quando houver.

O resultado patrimonial do exercício de 2021, apresentou um **Superávit Patrimonial** no valor de R$ 13.523.597,29 (treze milhões, quinhentos e vinte e três mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos), apurado com base no regime de caixa para as receitas e regime de competência para as despesas, atendendo às normas de contabilidade em vigor.

R$ mil		
Patrimônio Líquido		
Títulos	**2021**	**2020**
Superávit ou (Déficit) Patrimonial	**13.523**	**(7.880)**

Nota explicativa 8 – Resultado Financeiro

O Resultado financeiro do exercício, obtido por intermédio da análise do Balanço Financeiro, é apurado por intermédio da comparação entre o disponível do exercício atual com o disponível do exercício anterior, em conformidade com a Lei nº 4320/1964.

R$ mil		
Balanço Financeiro		
Títulos	**2021**	**2020**
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	**19.453**	**6.839**
Superávit Financeiro	***12.614***	

No exercício em análise, foi apurado um **Superávit Financeiro**, no valor de R$ 12.614.829,37 (doze milhões e seiscentos e quatorze mil e oitocentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos)**.**

Nota explicativa 9 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações que ocorreram no patrimônio durante determinado exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio líquido da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício. Este resultado vai incorporar-se ao Patrimônio Líquido.

A Lei 4.320/64, em seu art. 104, dispõe que:

“A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício”.

As variações patrimoniais são divididas em ativas e passivas, sendo que a diferença entre elas poderá apresentar um déficit ou um superávit, o qual será evidenciado no item patrimônio líquido, podendo ser o passivo real a descoberto ou o ativo real líquido, respectivamente, do balanço patrimonial, representando o resultado do período.

R$ mil		
Variações Patrimoniais	**2021**	**2020**
(+) Variações Patrimoniais Aumentativas	30.166	24.134
(–) Variações Patrimoniais Diminutivas	16.642	32.014
(=) Superávit ou (Déficit) Patrimonial	**13.523**	**(7.880)**

Nota explicativa 10 – Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, previstas e realizadas, detalhadas em níveis relevantes de análise, e reflete também as alterações do orçamento original, quando houver a aprovação de créditos adicionais, previstos no título V da Lei nº 4.320/1964.

O confronto entre o total das receitas arrecadadas e o das despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo (superávit orçamentário) ou negativo (déficit orçamentário).

O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

O resultado orçamentário foi extraído do Balanço Orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R$ 12.387.416,74 (doze milhões e trezentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos), no exercício de 2021.

No âmbito orçamentário, o déficit ocorre quando as despesas empenhadas superam as receitas arrecadadas, que significa que os gastos foram superiores ao arrecadado no exercício.

R$ mil		
Resultado Orçamentário	**2021**	**2020**
(+) Receitas Arrecadadas	27.904	23.045
(–) Despesas Empenhadas	(15.516)	(21.701)
(=) Resultado Orçamentário	**12.387**	**1.344**

Nota explicativa 11 – Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa do Conselho Federal em um determinado período, evidenciando separadamente os fluxos nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Brasília-DF,

Cont. João Gutemberg Menezes Monteiro
Chefe da Seção de Contabilidade
CRC-DF n° 007083/O-4

Adm. Francisco Rogério Cristino
Diretor Administrativo e Financeiro
CRA-CE n° 1.904

Adm. Mauro Kreuz
Presidente
CRA-SP n° 85872

CRC-DF nº